

Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco

**CURSOS E CONGRESOS DA
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
Nº 181**

Da Galiza a Timor: a lusofonia em foco

ACTAS DO VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS

Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de 2005

Reunidas e editadas por

Carmen Villarino Pardo

Elias J. Torres Feijó

José Luís Rodríguez

VOLUME 3

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
2009

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS. Congresso (8º. 2005. Santiago de Compostela)

Da Galiza a Timor. A lusofonia em foco : Actas do VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas : Santiago de Compostela, 18 a 23 de Julho de 2005 / reunidas e editadas por Carmen Villarino Pardo, Elias J. Torres Feijó, José Luís Rodríguez ; coordenação da edição Gonçalo Cordeiro Rua. — Santiago de Compostela : Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2009. — 3 v. (916, 1006, 95 p.) : il. b. e n. ; 17 x 24 cm. + 2 CD-ROM — (Cursos e Congresos da Universidade de Santiago de Compostela ; 181). — Índices. - D.L.C 1630-2009. — ISBN 978-84-9887-015-2 (o.c). — ISBN 978-84-9887-016-9 (v.1). — ISBN 978-84-9887-017-6 (v.2) — ISBN 978-84-9887-136-4 (v.3)

1.Portugués (Lingua)-Congresos. 2.Literatura portuguesa-Historia e crítica. I.Villarino Pardo, Carmen, ed. lit. II.Torres Feijó, Elias J., ed. lit. III.Rodríguez, José Luís, ed. lit. IV.Universidade de Santiago de Compostela. Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, ed. V.Título VI.Serie

806.90:061.3

Esta edición foi apoiada por

Cátedra UNESCO de Cultura Luso-Brasileira: Dtor. José Luís Rodríguez
Fundação Calouste Gulbenkian: Pte. Emílio Rui Vilar
Instituto Camões: Pte. Simoneta Luz Afonso

©Universidade de Santiago de Compostela, 2009

Coordenador técnico das actas

Gonçalo Cordeiro Rua

Grafismo

Carlos Quiroga

Fotografías

Mónica Sant'Anna, Felisa R. Prado, Carlos Quiroga

Edita

Servizo de Publicacións
e Intercambio Científico
www.usc.es/publicacions

Imprime

Imprenta Universitaria

Dep. Legal: C 1630-2009

ISBN 978-84-9887-015-2 (obra completa)

ISBN 978-84-9887-016-9 (volume 1)

ISBN 978-84-9887-017-6 (volume 2)

ISBN 978-84-9887-136-4 (volume 3)

Comissom Organizadora

Carmen Villarino Pardo (Univ. de Santiago de Compostela)
Elias J. Torres Feijó (Univ. de Santiago de Compostela)
José Luís Rodríguez (Univ. de Santiago de Compostela)
Regina Zilberman (PUCRS), Presidente da AIL
Onésimo T. de Almeida (Univ. de Brown), 1º Vice-Pte. da AIL
Carlos Reis (Univ. de Coimbra), 2º Vice-Pte. da AIL
Cristina Robalo Cordeiro (Univ. de Coimbra), Secretária da AIL

Comissom de Honra

Manuel Fraga Iribarne (Presidente da Junta da Galiza)
Senén Barro Ameneiro (Reitor da Univ. de Santiago de Compostela)
Álvaro Manuel T. O'Da Silva (Embaixador de Moçambique em Espanha)
Armando da Cruz Neto (Embaixador de Angola em Espanha)
José Filipe Moraes Cabral (Embaixador de Portugal em Espanha)
José Viegas Filho (Embaixador do Brasil em Espanha)
Onésimo Silveira (Embaixador de Cabo Verde em Portugal)
Pascoela Barreto (Embaixadora de Timor-Leste em Portugal)
Simoneta Luz Afonso (Presidenta do Instituto Camões)
Emílio Rui Vilar (Presidente da Fundação Calouste-Gulbenkian)

Comissom Científica

Aurora Marco López (Univ. de Santiago de Compostela)
Carmen Villarino Pardo (Univ. de Santiago de Compostela)
Edelmiro López Iglesias (Univ. de Santiago de Compostela)
Elias J. Torres Feijó (Univ. de Santiago de Compostela)
José Luís Rodríguez (Univ. de Santiago de Compostela)
José António Souto Cabo (Univ. de Santiago de Compostela)
José Luís Forneiro Pérez (Univ. de Santiago de Compostela)
Lourenzo Fernández Prieto (Univ. de Santiago de Compostela)
Luís Caramés Viéitez (Univ. de Santiago de Compostela)
Maria Isabel Morán Cabanas (Univ. de Santiago de Compostela)
Manuel Ferreiro Fernández (Univ. da Corunha)
Marcial Gondar Portasany (Univ. de Santiago de Compostela)
Pilar Cagiao Vila (Univ. de Santiago de Compostela)
Ramón Mariño Paz (Univ. de Santiago de Compostela)
Xosé Henrique Costas Fernández (Univ. de Vigo)
Xosé Luís Barreiro Rivas (Univ. de Santiago de Compostela)
Xosé Santos Solla (Univ. de Santiago de Compostela)
Xosé Soengas Pérez (Univ. de Santiago de Compostela)

Diretoria AIL 2002-2005

Presidente

Regina Zilberman (PUCRS-Brasil)

1º Vice-Presidente

Onésimo T. de Almeida (Universidade Brown-EUA)

2º Vice-Presidente

Carlos Reis (Universidade de Coimbra)

Secretária-Geral

Cristina Robalo Cordeiro (Universidade de Coimbra)

Vogais

Amet Kébe (Univ. Dacar, Senegal)

Ana Mafalda Leite (Univ. Nova de Lisboa)

Ana Paula Ferreira (Univ. Califórnia, Irvine)

Carmen Villarino Pardo (Univ. de Santiago de Compostela)

Maria Elsa Rodrigues dos Santos (Univ. Lusófona)

Henri Thorau (Univ. Trier)

Hillary Owen (Univ. Cambridge)

Laura Cavalcante Padilha (Univ. Federal Fluminense)

Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra)

Solange Parvaux (ADEPBA, França)

Ettore Finazzi-Agrò (Univ. Roma, La Sapienza)

Conselho Fiscal

Isabel Pires de Lima (Univ. Porto)

Benjamin Abdala Júnior (Univ. São Paulo)

Christopher Lund (BYU, Provo, Utah, EUA)









CONFERÊNCIA DE ABERTURA



O DRUMMOND PORTUGUÊS

Helder Macedo

King's College

Tempo houve em que a melhor literatura portuguesa era brasileira. Explico: a literatura brasileira era aquela que líamos como se fosse nossa, a que teríamos desejado poder escrever. Falo dos anos 50 – a década da minha adolescência lisboeta – mas já começara a ser assim alguns anos antes e continuaria a ser mais alguns, até as guerras coloniais portuguesas e a ditadura militar brasileira (de ditaduras estavam os portugueses fartos) terem cavado um fosso cultural entre os dois países. Tempo de repressão, de censura, de medo. Depois dos fulgores modernistas do *Orpheu* (Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros...) a poesia portuguesa tinha ido para as hortas, em dignificado solipsismo. Digo dignificado sem ironia: antes o problema do umbigo do José Régio (ideologicamente diagnosticado pelo futuro Secretário Geral do Partido Comunista), antes aquele outro problema que ele tinha com Deus e o Diabo do que a paz podre que nos caíra na rifa manipulada pelos Aliados do pós-Guerra. O não-acontecer-nada até se tornou tema de poesia para Alexandre O'Neill, o mais brasileiro dos jovens poetas portugueses que, à margem da literatura estabelecida, iam procurando as vias possíveis de um renovado modernismo: “Leitor que não se habitua / a que não aconteça nada...”.

O desejo de renovação havia-se manifestado, nos anos 40, num surrealismo de importação francesa que, tal como em França, namoriscara um incipiente Neo-Realismo que aspirava a poder ser o Realismo Socialista que a Censura não deixava. E, também tal como em França, os surrealistas zangaram-se uns com os outros e todos eles com os neo-realistas. Estes dislates aconteceram em cafés obscuros e em folhetos de papel pardo mas com resultados afinal não assim tão pardos, nem obscuros, nem franceses, já que os melhores poetas associados ao surrealismo (Alexandre O'Neill, Mário Cesariny de Vasconcelos...) nunca inteiramente abandonaram uma postura política de esquerda e que o romancista fundador da nova ficção portuguesa, José Cardoso Pires, que tudo indicava fosse enveredar pelo Neo-Realismo, já nunca o poderia

ter feito depois de salutarmente desencaminhado por uma breve convivência surrealista. Mas isso eram prosas futuras.

Quanto às prosas de então – divididas entre os mecanicismos ideológicos dos neo-realistas e os psicologismos mecanicistas dos presencistas – o mestre homenageado por todos era Aquilino Ribeiro. Respetabilíssimo, sem dúvida, cidadão exemplar, mas um retrocesso ao regionalismo oitocentista. Pior, porque catava nas inóspitas províncias (ou não sei em que vetustos dicionários) palavras que ninguém tinha usado nem no século XIX e que no XX ninguém entendia, praticava uma escrita de ocultação. O que permite ponderar que um dos grandes males das ditaduras é aprisionarem-nos num tempo que não é o nosso, relegarem-nos para um espaço periférico de nós próprios. Em contraponto populista com o mestre Aquilino havia também então o vigor tosco de Ferreira de Castro. Mas esse suspeito que só tolerávamos porque o seu espaço de exílio tinha sido o Brasil.

O que todos nós – surrealistas, neo-realistas e os mais jovens ainda por classificar – queríamos mesmo ler em língua portuguesa (além dos poetas de *Orpheu*) era os brasileiros, prosa e verso. Intelectuais portugueses indiferentes às colónias de África, como eram quase todos, vibravam com equivalentes lusotropicalismos nos romances de Jorge Amado. Eu próprio, que havia ido de Moçambique para Portugal com doze anos, cheio de nostalgias africanas, rapidamente deixei de distinguir se aquelas coisas eram experiências dele ou reminiscências minhas. E mais tarde fui encontrar em microcosmo as *Terras do Sem Fim* na ilha de São Tomé. Mas nem era preciso ter nascido em partes de África. Era uma evidência para todos que Graciliano Ramos havia escrito em *Angústia* um romance português.

Mas se os romancistas brasileiros foram leitura obrigatória, os poetas eram leitura preferencial. A hoje assaz esquecida *Invenção de Orfeu*, de Jorge de Lima, circulava nas mesas dos nossos cafés. Manuel Bandeira era citado de memória, viesse ou não a propósito dizer trinta e três ou implorar o pneumotórax. E havia os outros: Murilo, Cecília, o Vinícius pré-bossa-nova, persistentemente João Cabral até ter ficado quase o único, estranhamente Oswald e Mário de Andrade sempre muito menos. Mas o mestre secreto ou assumido tanto dos surrealistas quanto dos neo-realistas (e, por via deles, também de muitos da minha geração) foi Carlos Drummond de Andrade. Creio mesmo que terá sido o poeta mais influente em Portugal desde os meados dos anos 40 até o início dos anos 60.

Carlos de Oliveira, nascido no Brasil, austero poeta associado ao neo-realismo português dos anos 40 e mais tarde também novelista de singular rigor conceitual, iria prestar homenagem ao seminal mestre brasileiro num poema onde celebra o seu "orgulho onomástico" por esse "fazendeiro do ar habituado / ao arquétipo escrito / da lavoura".

Drummond mais influente do que Fernando Pessoa no Portugal desse tempo? Sim, talvez, creio que nesse tempo ainda mais influente do que Pessoa. E não apenas porque a publicação sistemática, embora lenta e lacunar, da obra de Fernando Pessoa em livro (com excepção da *Mensagem*, cuja utilização patrioteira por parte do regime fazia desconfiar) só começou a ser feita nos anos 40. A especial atenção dada a Drummond era também uma opção estética e ideológica. Embora a relativa inacessibilidade da obra de Pessoa certamente tenha afectado a percepção da sua grandeza por parte de um público mais generalizado, não era esse o caso nem dos surrealistas (que viam nele um precursor), dos neo-realistas (apesar de severas dúvidas moscovitas) nem, é claro, da minha própria geração, já nem surrealista e menos ainda neo-realista, em meados dos anos 50. Pessoa e Drummond eram ambos indisciplinares de almas, nossos companheiros naturais.

Quer isto também dizer que o nosso Pessoa não era aquele que, no mundo oficial das letras, estava sendo simultaneamente servido e neutralizado pelas almas disciplinadas associadas à *presença*, como eram João Gaspar Simões e José Régio. Para quem aspirasse a uma rebelde contemporaneidade que não só recuperasse o modernismo do *Orpheu* mas também incluísse toda uma nova atitude de dissidência social e política ideologicamente oposta às suas tendências fascizantes, a geração de Pessoa podia ser um ponto de partida, mas obviamente não o modelo adequado. Melhor modelo era Drummond. O *Orpheu* tinha de facto constituído um Primeiro Modernismo. Mas quanto ao Segundo Modernismo, reivindicado pela geração da *presença*, já estávamos todos de acordo com Eduardo Lourenço muito antes de ele lhe chamar a “Contra-Revolução do Modernismo” num título posteriormente acrescentado de um diplomático ponto de interrogação.

Contra-revolução ou não, é no entanto justo assinalar que João Gaspar Simões fez o melhor que pôde na sua pioneira *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, publicada em 1950. Talvez psicologismo a mais, talvez ironia a menos, mas se não é possível explicar a obra de Pessoa por traumas de infância também não foi só isso que ele fez, deixou transparecer a incomensurável grandeza do poeta mesmo naquilo que só vislumbrou sem alcançar. Razão teve em recordar no prefácio à segunda edição, de 1970, que vinte anos antes a obra de Fernando Pessoa “só obtinha um eco muito limitado do público” e que um influente crítico jornalístico desse tempo havia considerado o seu livro excessivo e prematuro, já que o “modernista” Pessoa era “um poeta de somenos valor”. Mas o próprio José Régio, que através da revista *presença* também muito contribuiu para que a ignorância da obra de Pessoa não fosse ainda mais generalizada, escreveu na nota crítica aos poemas que incluiu na antologia *Líricas Portuguesas* da Portugália Editora (sem data, mas salvo erro também nos anos 50): “[...] nunca na poesia portuguesa um poeta levou a tais extremos o

exercício do intelecto, e os jogos vocabulares e conceituosos que o exercício do intelecto ama introduzir na literatura. Eis o que, porventura, justificará certo debate ainda actual em volta da sua Obra ou da autenticidade da sua inspiração. Pela paixão com que é defendida ou atacada, parece ser ainda demasiadamente cedo para sobre essa Obra se formar, e firmar, um daqueles juízos que só o Tempo confirma.[...]”.

Ora, o “intelecto” de Pessoa era precisamente um dos nossos maiores deleites. Não, o nosso Fernando Pessoa não era o mesmo que o chamado Segundo Modernismo estava querendo controlar, pela simples razão de que não tinha havido Segundo Modernismo. Se houve um segundo modernismo em Portugal, o seu nome é Carlos Drummond de Andrade. Como bem souberam escritores tão diversos da geração imediatamente anterior à minha (aliás não apenas surrealistas ou surrealizantes) como, além do já mencionado Carlos de Oliveira, Alexandre O’Neill, António Ramos Rosa, Egito Gonçalves, José Cardoso Pires e creio que também embora ostensivamente mais pessoano, Mário Cesariny de Vasconcelos. A estes voltarei mais adiante.

Mas direi primeiro alguma coisa sobre a minha própria geração, cronologicamente contígua e literariamente beneficiária desses pioneiros só marginalmente mais velhos que preservaram o Pessoa que nos interessava e encontraram o Drummond de que precisávamos. Só que falar em geração talvez seja demasiadamente abrangente. Havia era um grupo heterogéneo de jovens poetas e de jovens pintores (por volta dos vinte, vinte e poucos anos) que tinham em comum uma atitude de recusa. Ou seja, sabíamos o que não queríamos (que era mais ou menos as mesmas coisas) mas cada um lá ia querendo o que pudesse por conta e risco próprios. Os poetas aprenderam a ver com os pintores e os pintores não eram piores leitores do que os poetas. Vivíamos de noite os nossos dias, experimentávamos os vícios para verificar se afinal não seriam virtudes, desconfiados de todas as certezas impostas naquele nosso Portugal “canino, policial” [...] “do modo funcionário de viver”(versos do admirável poema “Um Adeus Português”, de Alexandre O’Neill). A nossa intransigente moralidade era defender tudo que os espectros instalados no poder decretassem como imoral. Só não éramos comunistas (embora alguns tenham passado pelas cadeias políticas) porque eles ralhavam muito e queriam que se gostasse de má literatura. Mas simpatizávamos na medida do possível, assinávamos todos os protestos subversivos que os prestimosos e furtivos militantes nos traziam às mesas do Café Gelo (o antro em pleno Rossio onde íamos acabar de acordar no fim do dia), preferindo no entanto as visitas tonitroantes do Raul Leal (contemporâneo e amigo do Pessoa, de quem falava, chamando-lhe o Fernandinho, como se o tivesse visto na véspera, o Profeta Enoch, o da *Sodoma Divinizada*, que tinha esbanjado três heranças e estava sendo sustentado na miséria por um ex-pugilista que fora seu amante em

tempos anteriores à colestomia). O Herberto Helder e eu também íamos prestar homenagem, no café atrás do nosso, a Edmundo de Bettencourt, o único da *presença* que não tinha feito fortuna e que não só por isso para nós era o melhor, mas porque nos anos 30 tinha escrito os *Poemas Surdos*, então ainda inéditos, a meio caminho entre *Orpheu* e o surrealismo. E, dos surrealistas mais recentes, adoptámos como nosso o Mário Cesariny e o seu abjeccionista editor avulso, Luís Pacheco, ambos nesse tempo a serem maltratados pela polícia, a dos costumes e a do costume. Depois íamos para os bares do Cais do Sodré, onde libertárias prostitutas prudentemente analfabetas nos protegiam dos informadores policiais, que os chulos delas controlavam. Em recompensa, dizíamos pedaços dos nossos poemas, e do Drummond, do O'Neill, do Cesariny, entremeados com versos inacessíveis do Pessoa, do Sá-Carneiro e do Almada, que um velho porteiro da Biblioteca Nacional com acesso aos Reservados copiava para nós a troco de uma cerveja e dois bagaços. Uma das ninfas de água doce (como chamou Camões às suas congéneres quinhentistas, que apreciavam Petrarca) ficou literariamente tão excitada que nos conseguiu obter o número secreto do Doutor Júlio Dantas, o lastimavelmente imortal Presidente da Academia das Ciências, e ia contentíssima ouvir-nos telefonar ao desinfeliz, de madrugada, para lhe lembrarmos o *Manifesto* do Almada, em altos brados: “Morra o Dantas, morra – PIM!”

Pois é, mas o Almada andava a pintar frescos nas gares marítimas do fascismo, o Sá-Carneiro tinha preferido estricnina a copos e, embora o intelectual Pessoa até nos pudesse ter dado lições de alcoolismo, o não menor intelecto poético de Carlos Drummond de Andrade era aquilo de que estávamos necessitando, um passo natural, a pedra que tínhamos precisado de encontrar no meio do caminho. Combinava tudo a que aspirávamos: a modernidade experimentalista de Pessoa (por exemplo, o “Poema de sete faces” é tão interseccionista quanto a “Chuva Oblíqua”, e muito melhor), os deslocamentos explosivos dos surrealistas, e a frontalidade política que nenhum neo-realista teria podido tornar explícita em Portugal. Drummond era, simultaneamente, um homem de esquerda e um modernista, coisas que sabíamos serem urgentemente compatíveis mas que ninguém nos tinha mostrado como podiam ser. Além disso, em Lisboa as casas também nos espiavam, também nós sabíamos que uma rima não é uma solução e desejávamos ter um coração mais vasto do que o mundo, a lua e o bagaço (não havia dinheiro para conhaque) também nos botavam comovido como o diabo, e ele era *gauche* como nós, pornográfico como pretendíamos ser. Ficamos portanto reconfortadamente gratos pelo bom conselho pessoal que deu a cada um de nós “em face dos últimos acontecimentos”: “Porque sermos mais castos / que o nosso avô português?” Assim já valia a pena termos tido avô. Mas também pudemos celebrar nos seus versos Frederico Garcia Lorca e

Stalingrado, fomos com eles no bolso ao cine-clube ver o *Couraçado Potemkin* proibido pela Censura, e até sei de um bom rapaz que se levantou a tempo de ir à matiné de domingo ver o Charlie Chaplin, já que o Drummond nos garantia que era Homem do Povo. Ah, e copiamos o “Sonetinho do falso Fernando Pessoa” para irritar os neo-realistas: “mas não sou eu nem isto” (boal). Influências directas na nossa poesia, também houve? Não sei, deve ter havido, outros que digam. Aliás houve um camarada que até disse. Foi há poucos anos, eu tinha acabado de publicar um poema que começa “A meio do caminho / a mais de meia vida já vivida”, em evidente referência a Dante. Ele comentou logo: “Ah, a pedra do Drummond.” E vão ver que tinha alguma razão.

Quanto aos cinco camaradas da geração desse camarada cujos nomes mencionei para indicar quanto Drummond foi determinante para a poesia portuguesa nos meados do século XX, começarei com o menos explícito, Mário Cesariny. Bem sei que ele procurou sempre no Pessoa o que Breton lhe não podia dar, mas creio que também beneficiou de Drummond, quanto mais não seja na dimensão política que introduziu no *Louvor e Simplificação de Álvaro de Campos* ao fazer uma sóbria transposição proletária das estridências sadomasoquistas da *Ode Marítima* (não, dessa vez não era a gozar os neo-realistas, como também gostava de fazer). E quando leio, por exemplo, um poema como “Tocando para a Rua Basílio Teles”, julgo reconhecer (sem razão?) o ritmo drummondiano da redondilha menor, o seu modo interrogativo, as interpelações aos amigos, as narrativas construídas como inventários cuidadosamente organizados (ou seja, falsamente surrealistas) de coisas, gente e acções justapostas no mesmo plano designativo. Além de uma semelhante expressão irónica da melancolia dos dias esvaziados. Reproduzo alguns excertos:

As linhas, os carros	a voz dos amigos
aerodinâmicos	[...]
a nuvem cinzenta	sempre (qualquer dia)
por cima de mim	me darão alento
a sapateirinha	
noiva de três	Bem vêem pensei
o jovem operário	que a coisa era outra
presa de mil	desculpa estou velho
o salto que dei	tenho incosequências
galgando o passeio	Pensei... bem, pensei
[...]	em vida que o fosse
os versos que faço	não deu resultado
sem grande alegria	não dá resultado

Amigos,izei
deu-vos resultado?
[...]
Pois é. Sou escritor
não tenho experiência
já disse: pensei
que fosse possível
mas pronto. Acabou.
[...]
Aperto. Partida.
Fico no meu sítio.
Lá vem o eléctrico
amarelíssimo.

As ruas as casas
de zincogravura
os barcos que saem
a barra que eu vejo
o freio nos dentes
do burro inocente
o forte em Monsanto
o santo em Monforte
o homem que é fraco
o homem que é forte
sempre (qualquer dia)
me darão alento.

“Amigo, não sabes / que existe amanhã?” tinha escrito Drummond em “Uma hora e mais outra”. E aquele desesperançado bonde lisboeta a padecer de icterícia, o “eléctrico amarelíssimo”, sempre me pareceu uma transposição objectivada do imortal zeugma “perdi o bonde e a esperança”. Quanto ao mais (“o homem que é fraco / o homem que é forte”, “tenho inconsequências”, “não tenho experiência”) não é preciso folhear muito a obra de Drummond para encontrar sugestivas correspondências. Só outro exemplo de Cesariny: o “Exercício Espiritual” em *Manual de Prestidigitação* – “É preciso dizer rosa em vez de dizer ideia / é preciso dizer azul em vez de dizer pantera / é preciso dizer febre em vez de dizer inocência / é preciso dizer o mundo em vez de dizer um homem [...]”. Terá porventura algo de Magritte (“Ceci n’est pas une pipe”) mas creio que é também um “exercício drummondiano” sobre as palavras, as rimas e as soluções.

Como também é muita da poesia de António Ramos Rosa que, já em 1951, havia percutido um inegável eco drummondiano no “Poema de um Funcionário Cansado”, que começa:

A noite trocou-me os sonhos e as mãos
dispersou-me os amigos
tenho o coração confundido e a rua é estreita.
[...]

E, com o tempo, a importância de Drummond para ele (só igualada, mais tarde, pela de João Cabral) foi ficando mais profunda por ter a ver com a

própria natureza da demanda poética. “Penetra surdamente no reino das palavras”, aconselha Drummond em “Procura da Poesia”. É isso precisamente o que Ramos Rosa vai procurar fazer, poema após poema, década após década (veja-se, por exemplo, “E certas palavras”, “Um caminho de palavras”, “Algo se forma”, “A pobreza de certas palavras”) em recorrentes meditações sobre como conseguiu-lo.

No que respeita a Egito Gonçalves (que, na ainda mais estiolante cidade do Porto, seguiu vias paralelas às dos seus contemporâneos neo-realistas e surrealistas em Lisboa) a influência de Drummond em termos de dicção poética é porventura menos evidente do que em Ramos Rosa. mas creio que não foi menos determinante no modo como exerceu uma prática poética ao mesmo tempo corajosamente interveniente e lucidamente elaborada. Comparem-se, por exemplo, os “conselhos a um jovem poeta”, de Egito Gonçalves, em “Panfleto contra o panfleto”, e os conselhos de Drummond em “Procura da poesia”. Drummond diz: “[...] o que pensas e sentes, isso ainda não é poesia [...], nem os homens em sociedade. Não percas tempo em mentir [...]”. E Egito: “Os campos de concentração, as guerras, não adubam a arte [...]”. Não despistes a caneta em perigos inglórios: os caçadores de símbolos são graves e desconfiados”. No entanto (ou talvez por isso), Egito Gonçalves escreveu o que é talvez o mais notável “panfleto” poético que por esse tempo se produziu. E que também permite uma aproximação particularmente interessante com Drummond porque sugere uma espécie de diálogo implícito, uma resposta portuguesa ao poema “Notícias de Espanha”, que termina:

[...]

Não há notícias de Espanha.

Ah, se eu tivesse navio!

Ah, se eu soubesse voar!

Mas tenho apenas meu canto,
e que vale um canto? Um poeta
imóvel dentro do verso,

cansado de vã pergunta,
farto de contemplação,
quisera fazer um poema
não uma flor: uma bomba
e com essa bomba romper

o muro que envolve Espanha.

O correspondente poema de Egito Gonçalves chama-se “Notícias do Bloqueio”. No seu poema, Drummond pedia notícias sobre o que se passava dentro do muro que envolvia Espanha: Egito, leitor de Drummond sitiado na outra nação ibérica, manda notícias de dentro das muralhas que envolviam Portugal num bloqueio não menos destrutivo nem menos perverso. Eis alguns excertos:

Aproveito a tua neutralidade
o teu rosto oval, a tua beleza clara,
para enviar notícias do bloqueio
aos que no continente esperam ansiosos.

[...]

Dirás como trabalhamos em silêncio,
como comemos em silêncio, bebemos
silêncio, nadamos e morremos
feridos de silêncio duro e violento.

Vai pois e noticia com um archote
aos que encontrares de fora das muralhas
o mundo em que nos vemos, poesia
massacrada e medos às ilhargas.

[...]

Mas diz-lhes que se mantém indevassável
o segredo das torres que nos erguem,
e suspensas dela uma flor de lume
grita o seu nome incandescente e puro.

Diz-lhes que se resiste na cidade
desfigurada por feridas de granadas
e, enquanto a água e os víveres escasseiam,
aumenta a raiva
e a esperança reproduz-se.

A “bomba” drummondiana transformou-se numa “flor de lume” e num “archote”. O poeta, aqui, não é uma voz solitária. E a eficiência retórica da sua mensagem é tanto maior quanto é veiculada através de uma mensageira simultaneamente neutra e cúmplice. Há nestes versos toda uma dimensão sentimental subjacente, uma história de amor impossível que não necessita de ser contada.

A impossibilidade do amor numa nação bloqueada é o tema explícito de um dos mais celebrados poemas de Alexandre O’Neill, porventura o mais fulgurante talento poético daquela geração (e um poeta que o Brasil mereceria conhecer melhor). O poema é “Um adeus português”, de que vou reproduzir algumas passagens:

[...]
Não tu não podias ficar presa comigo
à roda em que apodreço
apodrecemos
a esta pata ensanguentada que vacila
quase medita
e avança mugindo pelo túnel
de uma velha dor

Não podias ficar nesta cadeira
onde passo o dia burocrático
o dia-a-dia da miséria
que sobe aos olhos vem às mãos
ao sorriso
ao amor mal soletrado
à estupidez ao desespero sem boca
ao medo perfilado
à alegria sonâmbula à vírgula maníaca
do modo funcionário de viver

Não podias ficar nesta cama comigo
em trânsito mortal

canino
policial
[...]

Não podias ficar presa comigo
à pequena dor que cada um de nós
traz docemente pela mão
a esta pequena dor à portuguesa
tão mansa quase vegetal

[...]

tu és da cidade onde vives por um fio
de puro acaso
onde morres ou vives não de asfixia
mas às mãos de uma aventura de um comércio puro
sem moeda falsa do bem e do mal

*

Nesta curva tão terna e lancinante
que vai ser que já é o teu desaparecimento
digo-te adeus
e como um adolescente
tropeço de ternura
por ti.

“Medo perfilado”, escreve O’Neill neste extraordinário poema, imagem que retoma num soneto posterior, que começa: “Perfilados de medo agradecemos / o medo que nos salva da loucura”. Mas O’Neill escreveu ainda outro poema sobre o medo (também tema recorrente de Drummond em *Sentimento do Mundo* e em *Rosa do Povo*) que é uma homenagem ao seu mestre brasileiro. O’Neill era suficientemente grande para não precisar de o ocultar e suficientemente original para poder dar a esses versos o título irónico de “Poema pouco original sobre o medo”. O’Neill começa com o verso “O medo vai ter de tudo”, inventariando mais adiante, entre tudo o que o medo vai ter,

[...]
conferências várias
congressos muitos
óptimos empregos
poemas originais
e poemas como este
[...]

E termina com os versos:

e cada um por seu caminho
havemos todos de chegar
quase todos
a ratos

Sim
a ratos.

Drummond terminara o “Congresso Internacional do Medo” de modo menos violento (“depois morreremos de medo / e sobre os nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas”) mas o sentido não é muito diferente (além de que também diz, noutro poema, que de tudo só fica “às vezes um rato”...).

A importância de Carlos Drummond de Andrade para Alexandre O’Neill e toda a sua geração ficou devidamente expressa no testemunho que publicou no Volume 3 dos *Quaderni portoghesi* (Primavera, 1978) devotado ao surrealismo português. Depois de mencionar as circunstâncias complicadas da génese do surrealismo em Portugal (incluindo os antagonismos com os presencistas e os neo-realistas), o poeta português escreve o seguinte: “E me referisco anche (e com ciò credo di rendergli una giustizia che era necessario fare) al brasiliano Carlos Drummond de Andrade e all’influenza che la sua poesia ebbe su di noi in quanto proposta di disarticolazione del discorso poetico (‘De tudo fica um pouco / às vezes um botão / às vezes um rato’)”. Sim, também notei a ironia, lá está o rato...

Tão explícito quanto Alexandre O’Neill e Carlos de Oliveira na sua admiração por Drummond (e na expressão da dívida partilhada por toda a geração) só José Cardoso Pires. Mais ou menos no mesmo ano em que O’Neill escreveu seu testemunho para os *Quaderni portoghesi*, Cardoso Pires publicou (em 1977) uma meditação muito pessoal e algo amarga sobre as inquietações geradas pelo que achava que não estava sendo, e deveria ter sido, a revolução dos Capitães de Abril de 1974. Já não tempo do medo, portanto, mas de se saber o que fazer com a liberdade. Essa meditação é a mais bela homenagem que em Portugal ainda se prestou a Carlos Drummond de Andrade. O título (que também serviu de título para o livro em que se integra) é “E agora, José”. Ou seja, o primeiro verso do poema “José”, que Drummond publicara em colectânea datada de 1941-1942 e que, trinta e cinco anos depois, por intermédio de Cardoso Pires (José), de novo ajudaria os portugueses a pensarem sobre o seu novo tempo de renovadas perplexidades, inquietações e

desencantamentos. Cardoso Pires usa excertos do poema como epígrafe do seu texto. Recordarei também aqui algumas passagens:

E agora, José?	o dia não veio,
A festa acabou,	não veio a utopia
a luz apagou,	e tudo acabou
o povo sumiu,	e tudo fugiu
a noite esfriou,	e tudo mofou,
e agora, José?	e agora, José?
e agora, você?	[...]
[...]	seu ódio, e agora?
está sem discurso,	[...]
está sem carinho,	Mas você não morre,
já não pode beber,	você é duro, José!
já não pode fumar,	[...]
cuspir já não pode,	você marcha, José!
a noite esfriou,	José, para onde?

E vou terminar esta também minha homenagem portuguesa ao sempre rejuvenescido Carlos Drummond de Andrade no início do seu segundo centenário transcrevendo algumas passagens do texto do meu velho amigo e exemplar camarada José Cardoso Pires:

Agora, aqui e ali, há sempre um José a fumar diante do espelho do país dos vinte capitães [...] Mas José é José. Entre outras coisas adivinha que o querem despir do passado para que não reconheça o presente que lhe enviam pelas costas, defende-se. [...] Com toda a sua obstinação, sua memória e seu mau perder, alonga-se no cigarro e não desarma.

Você não morre,
você é duro,

comenta-lhe o Carlos Drummond nas entrecosturas da consciência, [...] Mas, e agora?

Agora

a festa acabou,
a luz apagou.

Apagou, José?

[...] Estás aqui e no ontem, e quando olhas para diante é a ti que tu vês. Gato escaldado, eis o que me lembras: um gato escaldado por cinquenta anos de água benta que mia dobrado a adivinhar a chuva. Compreende-se, é natural. Como dizia o teu Drummond,

Nascemos no escuro
e fomos educados para o medo

mas por isso mesmo talvez um pouco de amnésia não te ficasse mal, a ti e aos amigos, às tuas devoções. [...] Mas ainda assim, com esse vício das fidelidades é que nada é feito. Azedas. Baralhas-te. Ainda sentes os versos do doutor Drummond a abelharem-te o cadáver e já meteste (suponhamos) de permeio o Pessoa de mau feitio a agourar que ‘fizemos uma revolução para implantar uma coisa igual ao que estava’(sic), que ‘ficámos os mesmos disciplinados que éramos antes’(sic também) e tal e coisa, coisa e tal, quando isso, deixa-me que te diga, não tem nada a ver com o agora, é lá a revolução do tempo orfeu. [...] Os censores? // Não te preocupes. Não te ouvem por enquanto, têm outras vidas. De resto quem te ouve? Quem dá crédito à tua liberdade? Vamos, fuma, José. Pensa bem esse cigarro. [...] Olha, é entardecer. E está tão claro. [...] // É este o homem que te contempla, José. Que te fuma. Que te duvida.

*

Este, portanto, o *nosso* Drummond, o poeta que sozinho (quase sozinho) foi o Segundo Modernismo Português para que outros pudesse haver, o que nos ensinou poesia e liberdade, como ter medo do medo e esperança na esperança e que, se morreu como viveu, “desinformado” (diz em “Boitempo”), por isso mesmo nos mostrou que essa é a única maneira de viver e de morrer.





CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO



GALIZA, UMA IDENTIDADE, UMA CULTURA

Ramón Villares

USC

É para mim uma honra e, desde logo, um gosto pessoal participar nesta sessão de encerramento de um novo e magno encontro do lusitanismo. Estou certo de que a sua celebração no coração da Galiza, no ateneu universitário de Compostela, é o melhor reconhecimento do papel que, ontem e hoje, desempenham os estudos luso-brasileiros no contexto da cultura galega e, nomeadamente, nas suas instituições cimeiras que são as universidades. Agradeço, pois, ao dilecto amigo e colega universitário, Elías Torres Feijó, o convite para aqui estar e ter a oportunidade de me poder dirigir a tão distinguida audiência.

Falarei com a brevidade que se aconselha para um acto que se pretende protocolar, roçando os limites em que o conciso possa tornar-se descortesia. Careço de competência filológica, que vejo ser o quinhão hegemónico desta associação de estudos lusitanistas. Falarei, portanto, desde a perspectiva de um historiador, isto é, de processos temporais e de correntes ideológicas que permitiram que este pequeno país situado na “ponta da Europa”, que durante séculos foi visto como uma terra do Finisterra atlântico europeu, se transformasse numa nação cultural, com identidade própria, expressada numa literatura vigorosa e numa língua que forma parte dum tronco partilhado com a de todos esses países, grandes ou pequenos, que se juntam sob o pavilhão comum de um tronco linguístico partilhado. Farei, conseqüentemente, uma exposição que parte da necessidade de apresentar os traços básicos do tecido histórico da Galiza, nos quais se funda a sua própria identidade como nação cultural. E seguidamente acrescentarei umas reflexões sobre as pautas com que a *intelligentzia* galega foi dando forma a uma ideia da Galiza, que naturalmente teve conseqüências políticas de que aqui não me posso ocupar.

A criação das identidades

Os conceitos de identidade e cultura são certamente polissémicos nos seus significados e algo espinhosos no seu tratamento em proximidade. Mas também se prestam a fazer reflexões em voz alta sobre a nossa própria situação colectiva, nuns tempos em que o local e o universal, o cosmopolitismo e a

identidade andam mais próximos entre si do que sustêm um tipo de “pensamento único” que, por vezes, em vez de ajudar a pensar e criar algo novo, não faz mais do que estar preso dum sarilho de jaculatórias e ideias vulgares.

Comecemos pelo assunto da identidade. A maioria dos científicos sociais, sejam politólogos, sociólogos, historiadores ou antropólogos, sustêm duas grandes linhas interpretativas que mais ou menos se podem sistematizar de modo muito sumário entre primordialistas e construtivistas. Os primeiros pensam que as identidades nacionais nascem numa base historicista, pelo que os elementos objectivos são os que definem essa identidade. Os primordialistas partem da tradição do pensamento alemão dos finais do século XVIII, que comumente se associam à tradição de Herder do *volksgeist* ou “espírito do povo” como elemento central. Esta posição explica as identidades como resultado de um processo histórico, basicamente objectivo e independente ou pelo menos mais forte do que as vontades individuais. Não desconsidera a força da coesão ideológica ou da consciência identitária, mas esta seria mais um resultado da acção dos factores orgânicos (língua, território, história, etc.) do que da vontade colectiva.

A segunda corrente, que também tem as suas raízes no pensamento iluminista e na experiência aberta pelas revoluções atlânticas dos finais do século XVIII, tende a definir-se como construtivista. Actualmente, depois das obras de Benedict Anderson ou de Eric J. Hobsbawm, adquiriu um enorme predicamento no seio dos estudiosos das identidades. Esta corrente sustêm que as identidades se vão construindo, que, até em certa medida, se chegam a fabricar. Um autor anglo-saxónico, aliás, de origem irlandesa, Benedict Anderson, tem falado de comunidades “imaginadas” (não imaginárias). No fundo, as identidades derivariam da vontade de restaurar uma comunidade ideal primitiva; fosse ou não certa esta crença, imaginava-se como tal e dela procederia essa força nutritiva que marcaria a identidade no presente.

O debate não está fechado. Longe disso. Mas também têm aparecido algumas posições novas que merecem ser tidas em conta. Penso que uma posição intermédia é a defendida por uma historiadora francesa, Anne Marie Thiesse, que tem escritos vários livros sobre um assunto que é bastante pertinente: a identidade de França, um país tão nacional e centralizado e ao mesmo tempo com grande capacidade para integrar a diversidade regional e local. Mas para além do caso francês, esta autora dedicou a este assunto um livro que publicou há pouco tempo, *La Création des Identités Nationales*, no qual percorre vários países europeus desde o século XVIII até ao século XX. No caso da construção das identidades nacionais chega à conclusão de que as identidades são fruto do que esta autora chama o “sistema IKEA”, que “permite montagens totalmente diferentes a partir das mesmas categorias elementares”. Em cada construção nacional misturam-se de diversos modos os

elementos que formam uma identidade. Podem ser a própria tradição histórica ou os heróis nacionais; podem ser os elementos culturais, pode ser o folclore, pode ser a religião, que é nalguns âmbitos um elemento substancial de identidade nacional; pode ser uma paisagem típica, pode inclusivamente ser uma situação geográfica. Enfim, depende como se combinem, como se fossem umas notas musicais. Com os mesmos ingredientes, num lugar pode sair uma coisa e noutro pode sair outra.

Mesmo que no século XIX as identidades sociais tenham sido muito fortes, estas foram perdendo cada vez mais força, até se verem esvaír num magma social no qual são evidentes as diferenças, mas não tão fortes como para suster identidades que se excluem mutuamente. Actualmente é difícil identificarmo-nos com outras pessoas em função do lugar que ocupamos no aspecto produtivo. Pelo contrário, as identidades nacionais foram-se transformando cada vez mais. Ao contrário do que previa o hino da Internacional, essa capacidade para invocar milhões de pessoas à volta do grito de “juntemo-nos todos na luta final”, que era uma forma de superar as divisões nacionais e ter uma identidade universal, o apelo da classe perdeu claramente a sua antiga capacidade de interpelar, enquanto que a chamada da tribo não deixou de adquirir força, apesar da corrente globalizante do processo histórico aberto desde finais do século XIX.

O facto de que o século XX tenha trazido um apogeu das identidades nacionais é fácil de confirmar. Nos princípios do século, havia menos de 40 estados no mundo e hoje há perto de 200. Há, para além disso, uma sobreposição de elementos duplos que, por uma parte, reforçam as identidades nacionais, e, por outra, são aparentemente internacionais. Pensemos, por exemplo, em tudo o que supõem eventos como as chamadas exposições universais ou o movimento olímpico internacional. É a expressão mais clara do nacionalismo do século XX. Quem compete são desportistas de nações que representam essas mesmas nações, apesar de se proclamar uma espécie de solidariedade planetária. O movimento olímpico representa como quase nenhum outro o que há de internacional e de nacional no mundo actual. Por um lado, há esse chamamento à universalidade e, por outro, há um modo de participar só em função dos estados / nações, com algumas excepções, como é o caso britânico ou alguns estados associados que actuam como “bandeiras de conveniência”.

Traços identitários da Galiza

A Galiza é um exemplo bastante claro de nação-cultura, mas não de nação-política, pois é claro que não foi nem é um estado independente (a não ser que recuemos o conceito de estado ao tempo do rei D. García). Esta configuração da Galiza como nação-cultura é fruto de forças e de tradições bastante diversas, que actuaram historicamente em dois planos, nem sempre coincidentes, entre a forja

duma identidade cultural e a defesa política duma identidade nacional. Trata-se, decerto, de um caso relativamente original, porque foi capaz de construir uma identidade cultural, sem instituições específicas, nem mesmo em termos comparativos com outros exemplos próximos, como a Catalunha ou o País Basco. Como foi possível ir criando este legado cultural? Há razões que implicam a configuração da Galiza como nação-cultura e outras que dificultaram a sua passagem a uma nação-política. Há que dizê-lo nestes termos ambíguos, mas os processos históricos tendem a ser mais ambivalentes do que unívocos.

Creio que se podem apontar algumas razões que explicam esta aparente contradição ou esta ambivalência. Por exemplo, a sua própria condição de situação geográfica de finisterra, de fim de Ocidente, provavelmente influiu nesta capacidade de preservar elementos identitários na Galiza. Mas também há outro elemento muito importante – o Caminho de Santiago e toda a relação que a Galiza teve com as culturas de outras partes da Europa, o que naquela altura se chamava “ultra-portos” pirenaicos. Na Idade Média, as relações culturais da Galiza com os francos, com os tedescos, com os italianos e com tantos outros povos, foi estreita e sistemática. Há portanto, uma dimensão de Finisterra e insularidade da Galiza. E há outra dimensão de conexão muito forte com centros e figuras que estão além da própria monarquia na qual está instalada a Galiza. Este seria um elemento que actua em duplo sentido.

Algo semelhante acontece com a Igreja. A Igreja foi uma instituição fundamental na ordenação histórica e cultural da Galiza. Sem Igreja não teriam sido possíveis nem as escolas catedralícias, nem a imprensa, nem toda a tradição ilustrada, nem boa parte da cultura tanto letrada como de carácter popular, que a Igreja adoptou ou domesticou em diferentes níveis, incluída a relação, longínqua mas não punitiva, com a língua galega, talvez pelo efeito salvador do latim como língua litúrgica. Mas ao mesmo tempo a Igreja não transformou a religiosidade do povo galego num elemento de identificação política. Em comparação com o que sucede, por exemplo, na Irlanda ou o que sucede na Polónia, onde o papel da Igreja e da religião católica foi um elemento substancial na preservação da identidade desses povos face ao império russo, ao império alemão, ao império inglês, no caso da Galiza esta aliança não teve lugar.

É bem sabido que inclusivamente em todo o processo de luta pela independência da Irlanda, desde os finais do século XIX, a Igreja tem uma grande influência, especialmente o bispo de Dublin, que tinha mais autoridade que muitos dirigentes políticos. Aqui não temos notícia de que algum importante nacionalista galego tenha pedido conselho ou tenha falado com o arcebispo de Santiago. Talvez nalgum caso o arcebispo de Compostela, Lago González, tenha sido sensível com um sector do galeguismo, especialmente aquele representado por alguns jovens como Filgueira Valverde. Porque Lago tinha uma componente regionalista, mais ou menos galeguista, mas, de todos

os modos, como hierarquia, a posição da Igreja nos tempos antigos e nos tempos modernos esteve distante da situação cultural da Galiza no sentido de identificá-la com um projecto político.

Isto não impede de avaliar a fartura cultural que muitos eclesiásticos e mesmo muitas instituições trouxeram à história da Galiza. Muitos dos ilustrados, pensemos em Sarmiento, Feijóo ou Pedro Antonio Sánchez, que são dos maiores autores da Ilustração, são membros da cúria, frades ou têm responsabilidades eclesiásticas. A Universidade de Santiago, até à reforma liberal, era dirigida por membros da cúria. Na reitoria dos colégios (Fonseca e outros) e na própria direcção dos estudos universitários estava muito presente. Mas não se produziu essa confluência entre a hegemonia cultural da Igreja e identidade nacional política, aconteceu até o contrário, porque o poder da Igreja na Galiza foi tão grande que, pelo menos até à época contemporânea, tornou supérflua a existência de outras instituições.

A tradição política galega, as instituições políticas de carácter representativo, não existem. Não existe uma tradição de cortes medievais, nem instituições com o espírito da *Generalitat* da coroa de Aragão. Na época moderna, contrariamente ao sustentado por Murguía, a própria Audiência da Galiza não actua como um corpo de governo próprio; não sucede como no País Basco, onde as instituições forais (nomeadamente, as deputações provinciais) acabaram por se mudar para o ordenamento político constitucional contemporâneo. Na Galiza temos uma debilidade de instituições políticas próprias. Murguía já o diz na sua *História da Galiza*, ao concluir o século XII, que na Galiza, com a aparição do Reino de Portugal e com a submissão da nobreza galega aos desígnios da monarquia leonesa, e depois castelhana, ficou detido o projecto de construir um reino galego. Isto não quer dizer que posteriormente não se pudesse restaurar, mas isso é outra questão. De modo que há elementos que ajudam a manter esta tradição cultural mas que não lhe deram uma dimensão política.

Indicarei dois elementos mais sobre a identidade da Galiza: a emigração e o peso da cultura agrária. Começarei pela emigração, feito que, a meu ver, teve uma grande influência na própria constituição de uma ideia da Galiza. A emigração tem, igualmente, um papel ambivalente neste assunto, porque a emigração, que foi massiva na época contemporânea tendo a América como destino, exerceu uma função de “desgaleguização” e permitiu que a estrutura social da Galiza, a sua estrutura demográfica, perdesse força. Muitos emigrantes de origem galega, que eram analfabetos ou rudimentarmente alfabetizados em castelhano, alfabetizaram-se na América em castelhano. Assim sendo, a emigração actuou como um movimento que parte duma cultura tradicional local agrária e que se expressa linguisticamente em galego, para uma cultura mais urbana, mais cosmopolita, que se expressa em castelhano.

A emigração seria um elemento de “desgaleguização”, mas a emigração cumpriu outro papel complementar muito importante – muitos emigrantes ganharam consciência do lugar de onde vinham. Foram muitos os emigrantes que constituíram sociedades de instrução, que fizeram centros galegos, que promoveram o hino galego, que promoveram a Real Academia Galega, que promoveram a edição de livros em galego, que acolheram Curros, que acolheram Ramón Cabanillas, que acolheram Basilio Álvarez, quando para lá foram e que, depois da guerra civil, acolheram o grupo dos exilados, desde Castela a Seoane, Suárez Picallo, Dieste e tantos outros.

A emigração cumpriu um papel ambivalente. Por um lado, foi vista como um elemento de “desgaleguização” duma população de origem rural que, nos seus destinos transoceânicos, acabou por adoptar uma alternativa de assimilação das culturas dos países onde se inseriu. No entanto, por outro lado, constitui um dos elementos mais fortes para a construção da identidade cultural da Galiza, actuando enquanto agente substitutivo das instituições políticas e administrativas que na Terra não havia. No âmbito educativo foi evidente esta acheга, mas também no campo da criação de mitos e de símbolos nacionais.

Outro elemento que influi nesta configuração da Galiza como nação-cultura seria a fortaleza da cultura agrária, e que também tem um papel ambivalente. Por um lado, esta fortaleza da cultura agrária permitiu manter até recentemente uma harmonia das pautas culturais duma sociedade rural tradicional. E não só na língua, bastante pura, de cujo património foram os grandes possuidores e transmissores, mas também de todo esse conjunto que forma a identidade cultural, a forma de organizar a família, as heranças, os casamentos, assim como de enfrentar a morte. Tudo isso, que é o mais essencial e o que nos define como pessoas, foi mantido por esta sociedade tradicional de forma bastante harmónica e organizada até tempos recentes, praticamente até aos anos 60 do século XX.

A aldeia galega foi capaz de resistir à suposta superioridade do feito urbano, porque na realidade, na Galiza, o feito urbano é muito recente. A presença e importância das cidades tem raiz medieval, ou mesmo anterior, mas a conexão da cidade com o seu «traspáis», com o mundo circundante, não se produz em consonância até à segunda metade do século XX. Essas cidades galegas são como pequenos ilhéus que se relacionam entre si ou com o resto do mundo, mas não com a terra em que estão e, sobretudo, não são capazes de impor o seu modelo organizativo ao continente de ruralidade que as circunda. O mundo das aldeias forjou uma cultura agrária muito harmónica e muito organizada que não era estática, que não era atrasada, mas sim capaz de se ir adaptando às novidades, que permitiu que se preservassem muitos elementos de carácter cultural que constituem hoje o que entendemos por nação-cultura.

Ideias da Galiza

Todo este legado foi formalizado na época contemporânea por umas minorias intelectuais que lograram ir construindo uma ideia de Galiza de acordo com alguns parâmetros que foram orientados em direcção ao reforço da condição de Galiza como uma nação-cultura. Nesta evolução há um problema, na definição e na imagem que a Galiza constrói de si mesma. Há uma relativa desconexão entre o que pensam as minorias, mais ou menos selectas, a respeito da Galiza, e o que são capazes de fazer em termos organizativos. Do ponto de vista cultural, teórico e ideológico, as minorias galeguistas foram capazes de dar passos importantes em distintas fases históricas, isto é, de “fazerem os deveres” próprios dos intelectuais. Mas a mobilização social que derivaria dessa ideia de Galiza não encontrou caminhos adequados para se expressar política e institucionalmente.

A elaboração destas construções teóricas poderia sistematizar-se em torno de quatro grandes fases políticas, nas quais algumas figuras e alguns textos actuaram como um viveiro produtor duma ideia hegemónica de Galiza. O ponto de partida seria o regionalismo pós-provincialista representado por Manuel Murguía e a sua *Historia da Galicia*. O segundo é o da geração Nós, no qual destacam textos como a *Teoria do Nacionalismo* de Risco ou o *Ensaio Histórico da Cultura Galega* de Otero Pedrayo. O terceiro dos momentos está representado por textos culminados no exílio, como o *Sempre en Galiza* de Castelao ou as posições dos galeguistas do interior (por exemplo, os textos de Ramón Piñeiro reunidos em *Ollada no Futuro*). Finalmente, um texto de grande valor geracional que foi O *Atraso Económico de Galiza*, de X.M. Beiras, concluído e publicado no ano 1972.

A primeira construção teórica de uma ideia da Galiza foi obra do historiador Manuel Murguía. Esta ideia estaria baseada num conceito profundamente historicista que define a Galiza com base étnica. A Galiza tem identidade porque foi constituída por uma raça, e essa raça é a raça celta. Murguía faz o que fazem os historiadores românticos europeus da primeira metade do século XIX, que é procurar os nossos antepassados, as nossas origens. É uma obsessão muito comum, como reflecte essa famosa frase da literatura escolar francesa, que começava com a expressão de *Nos ancêtres les gaulles*, mesmo que o auditório fosse composto por crianças do Senegal. E de forma paralela à procura das origens, desse “bosque originário”, está a racialização da história, a concepção de que a dialéctica histórica está dominada pela acção das raças, consideradas como suporte de povos diferentes. Murguía, portanto, incorpora no pensamento galego uma série de ideias que estavam amplamente difundidas naquela época na cultura europeia, nomeadamente na francesa, pois, como é sabido, uma das suas fontes de inspiração mais sistemática foi a do historiador Augustin Thierry.

A Galiza, na perspectiva de Murguía, é obra duma raça que ocupou um território como vencedora e que deslocou as gentes que anteriormente aqui estavam, apropriando-se para sempre deste território. Essa raça era a celta. E isso permitiu cunhar um paradigma interpretativo da Galiza, o celtismo. E o celtismo passa a figurar então como um elemento articulador da identidade galega. A finalidade desta construção teórica era não só a de fixar uma comunidade nacional de origem, associada a uma raça europeia e poderosa, mas também estabelecer uma continuidade entre esta população originária e a população galega dos tempos de Murguía. Em várias passagens da sua obra assinala o patriarca que observa claros paralelismos entre as descrições que os autores clássicos fazem dos “montanheses” que habitavam o noroeste da Ibéria e o perfil dos camponeses da Maía ou do interior de Lugo.

Murguía não tirou, certamente, todas as conseqüências políticas possíveis desta constatação. Não chegou a afirmar que por ser duma raça diferente, e mesmo superior, a Galiza tivesse direito imediato à constituição de um estado independente. Esse passo não foi dado por Murguía. Mas foi o primeiro autor que construiu um relato interpretativo coerente baseado num aspecto que não tem nada a ver com o racismo do século XX, que está muito longe dos pressupostos da racialização defendida pelos românticos do século XIX, apesar da influência que naquela altura chegou a ter a obra do conde de Gobineau, lido por Murguía, mas de diferente modo do que será feito nas teorias racistas do século XX.

A segunda fase desta reflexão teórica sobre a identidade galega é a elaborada pela Geração Nós, que introduz novos elementos na definição da Galiza. E creio que se pode chamar uma fase culturalista, na qual se introduzem elementos um pouco mais plurais do que o simplesmente étnico da época murguiana. O próprio Vicente Risco, quando analisa em 1933 o legado centenário de Murguía, adverte que o seu grande contributo tinha sido a “demonstração étnica” da identidade. Os autores de Nós introduzem, no entanto, outros conceitos, como o de Terra, o de História e Tradição (que agora diríamos Memória) e até mesmo o conceito da Religião, todos eles como elementos fundadores do que eles denominavam o ser ou a alma da Galiza.

A identidade galega não se definiria só por uma etnia, por uma tradição celta. Há outros factores e outras influências intelectuais. Uma das mais importantes foi a do pensador nacionalista francês, Maurice Barrés, autor de trilogias como *Le Roman de l'Énergie Nationale*, que foi um dos livros de cabeceira de muitos pensadores da época, desde Ortega ou D'Ors até, entre nós, Otero Pedrayo. Barrés define a relação do homem com a terra e a relação do homem com o passado através dos mortos, porque os mortos são os que identificam a comunidade dos vivos, por isso a importância que tiveram (e continuam a ter) os cemitérios como expressão simbólica duma comunidade de mortos que é construída pelos vivos. Portanto, a terra, e os mortos, que são a memória ou a

tradição, formam os autênticos antepassados. Esta pegada barresiana é tão forte na cultura galega que mesmo num texto tão emblemático como o de Alvaro Cunqueiro (uma espécie de “testamento” escrito em 1980), quando pede mil primaveras mais para a Galiza, fá-lo com um evidente sedimento barresiano, de permanência da condição eterna da Galiza através da relação do homem com a natureza: “Terra no sentido barresiano [alguns, de forma errada, leram “bardesiano”]. A pátria são a Terra e os mortos”, sentencia o vate mindoniense.

A Geração Nós tratou de construir uma ideia da Galiza como uma cultura de Ocidente, que tem uma força espiritual imensa por ser precisamente uma cultura, e que, portanto, pode expressar-se ou pode formar parte da história da humanidade. E uma das forças essenciais dessa cultura é a relação do homem com a terra em que vive e à qual está vinculado quase duma forma panteísta. É desta relação que nasce o “carácter nacional”, a que forma a nação como lugar de encontro duma “comunidade de interesses espirituais e materiais, determinada pela natureza”. Estas opiniões pertencem a Vicente Risco na *Teoria do Nacionalismo* (1920), livro em que fazia, para além disso, a seguinte reflexão:

A nacionalidade supõe a terra. Porteiro acreditava, tal como Renan e Jellinek, que o que caracteriza a nação é uma unidade espiritual, mas... quem faz essa unidade espiritual? Eu insisto no valor da terra, primeiramente pelo *fundo sentimento da terra* que distingue a alma galega; e em segundo lugar pelo maior peso que cada dia lhe confere a moderna ciência geográfica (...). Na Europa, uma nacionalidade equivale a um povo fixado numa terra, a um grupo de homens ligados entre si, unidos à terra de que são donos colectivos e que trabalham em comum, por um conjunto de vínculos naturais, nascidos da comunidade de origem e da convivência no terreno (O. C., tomo IV, pp. 26-27).

A missão do galeguismo, segundo Risco, é reconstruir espiritualmente a Galiza. Isto é, reconstruir a identidade da Galiza a partir da confluência da terra, da memória, da tradição e dos mortos e, naturalmente, a partir do sentimento religioso. Outro membro da Geração Nós, Ramón Otero Pedrayo, dará relevância científica ao papel da Terra (trazida da sua especialização geográfica), que passa a ser para os galeguistas da altura um referente essencial. Um pequeno pormenor ajuda a entendê-lo, se se repara no uso constante da expressão “Terra a nossa!” nos jornais, nos comícios e até mesmo nas despedidas ou saudações inseridas em cartas particulares de muitos galeguistas do pré-guerra. Quando se diz “Terra a nossa”, não se quer enaltecê-lo o sítio ou a paragem em que se está (ao modo romântico do “locus amoenus”), mas sim mostrar panteísmo, essa comunidade profunda do homem com a terra. A chamada da Terra era uma ideia muito comum na Europa (pensemos em muitos pensadores europeus, alguns tão relevantes como o próprio Heidegger

que fez da Selva Negra um dos seus lugares míticos) que os membros da Geração Nós articularam, expressaram e aplicaram à Galiza.

Assim, para os homens da Geração Nós, a Galiza não era já só um povo celta, mas era também um sentimento da terra, era tradição, era memória dos mortos ou, dito à moda irlandesa, era eco das “vozes ancestrais”. A língua também se começou a introduzir, com mais força do que nos tempos do regionalismo murguiano, no saco identitário da Galiza como cultura, mas a língua era ainda só uma parte do conjunto. Por exemplo, no livro de Vicente Risco, *El problema político de Galicia* (1930), o autor ourensano sustém que “no queremos que se pierda el gallego, no queremos que el castellano desaparezca dee Galicia; hagamos que el gallego viva, seamos bilingües”, apesar de não deixar de sublinhar que “la cultura propia, la creación nuestra, ha de ser en lengua gallega”, porque só aquilo que é expressado na própria língua merece ser universal, porque, se não, é uma cópia ou um plágio. Algo semelhante era o que tinha dito Eugenio D’Ors, que é um barresiano da época, antes de andar a perder o tempo por Madrid, quando afirmava que tudo o que não está enraizado numa relação com a memória própria é importado, é copiado, é plágio, isso não merece apreço.

A Guerra Civil cortou muitas coisas e rompeu, pelo menos de forma parcial, com este discurso ideológico elaborado pela Geração Nós. Uma parte substancial do mesmo teve continuidade no exílio, pela mão de Castelao em *Sempre en Galiza* (1944), livro que teve a virtude de reunir toda a tradição teórica do galeguismo e da experiência política da república, da guerra civil e do exílio. A influência da obra de Castelao foi grande nos grupos do exílio, mas no interior demorou muito em ser recebida como tal. As divergências do galeguismo do interior com o legado de Castelao, a quem se reduzia à condição de “genial artista”, escureceram claramente a influência ideológica do rianxeiro que, curiosamente, não será recuperada até à sua adopção, a partir dos anos sessenta, por parte de novas gerações de jovens nacionalistas.

Contudo, há uma obsessão daquele Castelao do exílio que merece ser mencionada, nem que seja de passagem. Refiro-me à sua defesa duma Hespanha como alternativa política para o porvir da Península Ibérica. O galeguismo do pré-guerra, em forma de tentativa, já tinha procurado construir um discurso específico, a partir da Galiza, para o conjunto de Espanha e até da sociedade internacional, através de acções como as de Plácido Castro na Sociedade das Nações. O Partido Galeguista também tinha participado na criação duma aliança com bascos e catalães, em 1933, através do pacto Galeusca. Mas foi no exílio, pelas circunstâncias do final da guerra mundial, que urge a Castelao retomar com novos impulsos esta estratégia, criando o Conselho da Galiza e relançando, com o *lehendakari* Aguirre, uma nova Galeusca. Aquele projecto ficou encerrado, a partir de 1946/1947, mas no *Sempre en Galiza* e, sobretudo, no epistolário de

Castelao, há abundantes mostras deste esforço por elaborar um futuro democrático, federal e republicano para essa Hespanha que Castelao entendia muito mais ampla do que a Espanha anterior à guerra civil.

No entanto, há que voltar aos anos do imediato pós-guerra e ao galeguismo do interior. Ainda que, de forma aparente, se tenha mantido um vínculo directo com a tradição ideológica da Geração Nós, as mutações ideológicas produzidas no processo de reconstrução do galeguismo a partir de finais dos anos quarenta são evidentes. Porque os jovens que reconstruíram o nacionalismo naqueles anos de pós-guerra, certamente em posição difícil e mesmo conflituosa com o exílio, acabaram por construir uma ideia da Galiza bastante distinta. Abre-se um período de definição da Galiza que se fundamenta na língua. Até então, a língua era muito importante como símbolo de cultura, mas não como símbolo de identidade quase excludente. Se não há língua, não há cultura, e se não há cultura, não há Galiza. Esta é a expressão mais clara do que podemos chamar a filologização do pensamento nacionalista.

Reparemos num texto elaborado em tom de manifesto geracional, que escreveu Ramón Piñeiro mas que subscrevem vários destes jovens, os que formaram o cerne intelectual da Geração Galáxia, Fernández del Riego, Garcia Sabell ou Rof Carballo. O texto, escrito em 1956, foi recolhido no livro de Piñeiro *Olladas no Futuro* (1974). Nele diz-se que:

Se a Galiza é um povo, se aparece como um dos povos europeus, é porque a comunidade social galega constitui uma verdadeira unidade espiritual, ou seja, a existência da Galiza como povo manifesta-se na existência da Galiza como cultura peculiar (...) O ser da Galiza depende da sua permanência como cultura. Se a nossa cultura morre, a Galiza desaparecerá do mapa espiritual da Europa. Deixará de ser reconhecida e considerada como povo, ficará reduzida a simples condição de região geográfica habitada (...).

De todos os elementos em que uma cultura se afirma, o idioma é o mais radical e representativo. O idioma é já uma criação cultural colectiva. Na realidade, a maior criação cultural colectiva (...). Toda a comunidade social que chega a criar uma língua própria, um idioma, converte-se numa comunidade espiritual particular, manifesta a sua categoria de povo.

A relevância que se dá à língua é evidente. Ela revela de uma forma muito nítida a matriz, o fundo teórico desta geração Galáxia, porque a língua como sinal de identidade permite combinar de forma eficaz uma ideia individual de galeguismo com uma ideia colectiva. A língua é de uso individual e pessoal, mas é uma criação colectiva. As velhas ideias comunitaristas da Geração Nós ficam deste modo sensivelmente transformadas com a introdução da componente individualista, tão querida por uma geração de profundas influências existencialistas. Contudo, a posição do grupo Galáxia é mais uma viragem do

que uma ruptura. Recolhe o peso que o conceito de cultura tinha na época de Nós, mas deixa-o desvinculado de muitos referentes que para os homens de Nós eram essenciais, como a terra e até a história ou a tradição. E no centro do pedestal coloca-se a língua, como uma imagem que representa de forma cabal o individualismo desta geração.

Os postulados teóricos do grupo Galáxia, mais ricos do que aqui tão sumariamente é dito, tiveram uma grande influência na conformação da ideia de Galiza durante o franquismo e, de forma muito especial, na época da transição democrática e de construção do regime autonómico. Mas não foram os únicos. Nos anos 60, uma nova geração de jovens chegados à cultura galega a partir do magistério da geração Galáxia ou de forma autodidacta, inicia uma severa crítica destas posições, tanto teóricas como de estratégia política. Nesse crisol das experiências dos anos sessenta, de ruptura geracional com os antepassados e de contactos com o marxismo e influenciados pelos movimentos anti-colonialistas do Terceiro Mundo, vai-se forjando um novo modelo interpretativo da identidade da Galiza.

Esta identidade não teria o seu principal fundamento na raça, como nos tempos murguianos, nem na cultura, na terra e na história, como nos tempos de Risco e Otero Pedrayo, nem mesmo na visão espiritualista que adoptara a geração Galáxia. O conceito essencial desta nova concepção da Galiza estaria fundado em razões sociais e económicas, nos conflitos entre as classes populares e os seus opressores, na situação de atraso económico e de dependência colonial na qual o Estado Espanhol tinha historicamente colocado a Galiza. Portanto, a definição nacional da Galiza estabelece fracturas internas e obriga a adoptar estratégias políticas novas. As fracturas derivam da afirmação de que nem todos os membros da nação podem ser considerados como nacionais, senão que esta condição depende da pertença a uma classe social ou a uma ideologia política determinada. Um texto de 1976, publicado em *Terra e Tempo*, a voz da União do Povo Galego (UPG), reflecte cabalmente esta nova ideia de Galiza:

O nosso conceito de nação responde a certos dados objectivos, de carácter empírico, que são os que aparecem na definição de Stalin [que, como se sabe, tinha formalmente adoptado Castela no *Sempre en Galiza*], mas acrescentando que, neste momento da evolução do capitalismo, a nação são as classes populares, porque a nação adquire categoria revolucionária contra o poder burguês, a nação não são todas as classes, são somente aquelas que assumem a luta de libertação nacional que, nas circunstâncias actuais, é uma luta de libertação nacional das classes oprimidas.

Este texto é certamente uma prosa de combate político e não uma reflexão teórica de alcance. Mas pelo menos recolhe com clareza o que foi a ruptura dos anos sessenta/setenta, que deu lugar não só à aparição de novos partidos

políticos, basicamente de esquerda, no panorama do nacionalismo galego, como adoptou também estratégias de luta política de grande radicalismo. Mas seria injusto terminar este percurso pela ideia de Galiza sem chamar a atenção sobre a obra que de forma mais sistemática quis reflectir esta nova forma de pensar a Galiza como nação, que é a obra intelectual do Beiras dos anos sessenta e setenta, nomeadamente em *El problema del desarrollo en la Galicia rural* (1967) e no mais conhecido ensaio interpretativo *O Atraso Económico de Galiza* (1972), saudado então como uma obra capaz de introduzir na Galiza os debates da política e da economia do seu tempo, com a introdução de conceitos como os de “dualismo” e, sobretudo, o de “colonialismo interior”, que puseram em voga sociólogos e economistas franceses, como R. Lafont ou latino-americanos como Furtado, Casanova ou Cardoso.

A viragem que supôs a obra de X. M. Beiras foi enorme, tanto pelo que a mesma significava, como pela repercussão política que alcançou no debate político dos anos setenta. Activa ou passivamente, foi o livro de referência para todo o nacionalismo de esquerda. A sua novidade, vista em perspectiva histórica, estava em situar o cerne da identidade galega não na raça, não na história, não na cultura, não numa organização de corte espiritual, mas sim no conceito de que a Galiza é uma nação economicamente expropriada e politicamente tolhida, tanto por ausência de implicação das suas elites dirigentes (que se teriam demitido da sua responsabilidade desde o século XV) como da opressão a que estava submetida a partir do exterior. Portanto, a alternativa de futuro não passa só por reconstruir espiritualmente ou culturalmente a Galiza, mas também por introduzir outros instrumentos de acção como a planificação económica (diz-se “co-activa” nas conclusões do *Atraso*) e, certamente, a luta política em tom de libertação nacional.

Esta curta viagem pela cultura galega e a sua plural definição da Galiza mostra que há ainda muitas reflexões por fazer, não tanto porque se desconheça o essencial das mesmas, mas sim porque é preciso colocá-las em linha e ver quanto de continuidade e quanto de ruptura ou viragem há nelas. Nesta aproximação, desenhei quatro grandes momentos históricos em que surgem algumas ideias-fortes sobre a Galiza, a sua identidade e a sua definição como nação-cultura ou como nação-política que aspira a ter um estado próprio. E terminei propositadamente nos anos setenta porque, com a chegada da democracia e da autonomia, a natureza dos problemas políticos da Galiza mudou de forma qualitativa. Isto não significa que tudo esteja arranjado, senão que, por efeitos da pós-modernidade ou de qualquer outra razão (incluída a preguiça), carecemos na actualidade duma reflexão sistemática sobre a identidade galega e o seu núcleo forte.

Uma “coda” final além Minho

Penso que não devo concluir esta intervenção sem uma pequena referência ao contexto dum encontro de estudiosos do lusitanismo. A referência é clara: que papel desempenhou a cultura de língua portuguesa (e, historicamente, a desenvolvida em Portugal) na configuração destas ideias da Galiza. A resposta, por muito sumária que possa parecer, é também clara: a conversão de Portugal e da cultura portuguesa num referente de “reintegração” para a cultura galega foi um processo relativamente recente e, sobretudo, limitado a uma etapa histórica concreta, a própria da geração Nós, que começa com a aparição em 1920 do texto fundador de Risco e com a própria revista cultural *Nós* (1920-1936) e que acaba no texto de Castelao, *Sempre en Galiza*.

Para o regionalismo de Murguía, o apelo a Portugal teve muito de “indecisão amorosa” ou de reconhecimento do fracasso das teses do federalismo ibérico, fechado, na verdade, a partir do retorno do monarca Alfonso XII e do fracasso da Primeira República em Espanha. A grande utopia do iberismo, que mobilizou sectores importantes do pensamento progressista e republicano de Espanha e Portugal pelos meados do século XIX, foi um ideal sem partido político ou organização na qual se sustentar. A reflexão sobre a decadência dos povos peninsulares, sobre a qual tão brilhantemente escreveu Antero de Quental, desemboca por obra das grandes crises finiseculares (Ultimato português e Desastre espanhol) numa onda de nacionalização das massas que, sobretudo em Portugal, logrou ser hegemonzada pelo republicanismo emergente depois do Ultimato.

A reordenação territorial da Península Ibérica sobre pressupostos federais e iberistas acabou por ser um tema importante para os nacionalismos periféricos peninsulares e não para os nacionalismos de estado de Espanha e Portugal. Foi neste contexto que da “indecisão” regionalista se passou a um claro apelo ao papel de Portugal na definição da identidade política e cultural da Galiza por parte das Irmandades da Fala e da geração Nós. A aproximação da cultura galega a Portugal teve grandes valedores em figuras como Johan V. Viqueira, Antón Villar Ponte ou Vicente Risco. A conexão do grupo *Nós* com os seus colegas da revista *A Águia*, inspirada em grande medida pelo poeta Teixeira de Pascoaes, logrou uma clara permeabilidade além das fronteiras minhotas, até ao ponto de o próprio Philêas Lebesgue ter podido fazer desde o seu outeiro francês um trabalho de integração que foi mais do que uma simples curiosidade de crítico literário. Esta permeabilidade teve muitas outras manifestações, como os intercâmbios epistolares, as viagens e visitas mútuas de autores de ambas as margens do Minho e mesmo a celebração de míticas sessões de trabalho conjuntas, como a *Semana Galega* que o Seminário de Estudos Galegos celebrou no Porto e noutras cidades do norte português no ano 1935.

A figura galega que, sem dúvida, melhor estimulou a tradição iberista foi Afonso D. Castelao. Grande parte do seu livro/rio, *Sempre en Galiza*, é dedicado a questões portuguesas e, sobretudo, a elaborar uma nova alternativa de organização territorial da Península Ibérica, que este autor resumia na ideia de uma Hespânia superadora do exclusivismo de Castela como único referente da cultura espanhola. Frente a esta visão redutora, Castelao sustinha que tanto o galego-português como o catalão ou o castelhano eram igualmente línguas da Hespânia. A proposta de Castelao foi desenvolvida num contexto político certamente adverso, com duas ditaduras ibéricas em pleno esplendor e com uma oposição às mesmas que fugia das teses republicanas e federais como gato escaldado. Que Castelao se espantasse com o facto de que um ilustre político socialista, como Indalecio Prieto, sustivesse no exílio que “Espanha está por cima da República”, indica os rumos que estava a tomar a questão nacional na Espanha peregrina.

Contudo, a pegada iberista de Castelao e o seu apelo às boas relações com a cultura lusitana (portuguesa e brasileira, na altura) não foi desvalorizada de modo frontal pelo galeguismo do interior durante muitos anos. Basta sublinhar as intensas relações que o grupo Galáxia logrou manter com figuras como Manuel Rodrigues Lapa ou Celso Cunha, como indicadoras deste recurso à cultura portuguesa como referente central para a sustentação e projecção da Galiza como nação cultural. A fractura desta tradição, nomeadamente no seio do grupo Galáxia, produziu-se nos anos setenta em torno da estratégia linguística e da sua normativa. A polémica de Ramón Piñeiro com Rodrigues Lapa nos princípios daquela década marcou uma viragem de consequências que chegam até à actualidade.

Passaram mais de trinta anos, teve lugar a instauração de um regime autonómico e a recuperação escolar e institucional (mais do que a nível popular) da língua galega como um veículo de comunicação. Pareceria que se teria chegado a uma fase de normalização da cultura galega, na qual o recurso à cultura portuguesa como etnia de reintegração teria sido “sobardada”... *Eppure si muove*, haveria que dizer com a obstinada sentença do mestre Galileu. A questão do lusitanismo na Galiza, reduzida em muitas ocasiões de forma imprópria a um assunto de normas ortográficas, continua a necessitar de ser repensada, porque o desenho duma estratégia da Galiza como nação cultural nas coordenadas do século em que estamos não pode continuar de costas viradas para a riqueza, a dimensão planetária e a força demográfica que possui a cultura de expressão em língua portuguesa. Sou consciente de que não é preciso argumentar estas evidências no seio duma audiência como esta, mas do que estou convencido é que a cultura galega, para ser mais dona de si mesma e mais universal ao próprio tempo, precisa contar com o seu apoio prudente, com a sua compreensão e alento e com a sua cumplicidade para que a Galiza possa formar parte, sem renúncias nem submissões, desta grande *Commonwealth* cultural que são os estudos lusitanistas espalhados pelo largo mundo.



COMUNICAÇÕES



A LITERATURA INFANTO-JUVENIL GALEGA NO TARDO-FRANQUISMO⁽¹⁾

Carlos González Figueiras

Grupo Galabra - Universidade de Santiago de Compostela

Resumo: Esta comunicação aborda o estudo da literatura infanto-juvenil galega entre o ano 1968 e o ano 1975, umha vez que este período pode ser entendido como umha época, a do tardo-franquismo, em que os diferentes sectores das elites galegas están a fabricar as suas propostas identitárias para a organização da sociedade ante a expectativa de umha futura mudança no sistema político.

Palavras-chave: Cultura, literatura, identidade, sistemas em emergência, infanto-juvenil, Galiza.

Esta comunicação aborda o estudo da literatura infanto-juvenil galega entre o ano 1968 e o ano 1975, umha vez que este período pode ser entendido como umha época, a do tardo-franquismo, em que os diferentes sectores das elites galegas están a fabricar as suas propostas identitárias para a organização da sociedade ante a expectativa de umha futura mudança no sistema político².

O infanto-juvenil apresenta a funcionalidade de poder exercer umha grande influência sobre as camadas mais jovens da população, o que fai com que este seja um âmbito privilegiado para a fabricação de ideias e para a planificação cultural. Esta investigação analisará a conformação de redes e grupos de agentes que intervenhem na produção e distribuição deste tipo de materiais e, conseqüentemente, pretende contribuir para a reconstrução do estado do campo literário na Galiza entre 1968 e 1975.

O período histórico que denominamos de tardo-franquismo compreende os anos imediatamente anteriores à morte do General Francisco Franco, marcados pola sua longa enfermidade e por umha certa permissividade para com a recuperação cultural das nacionalidades periféricas do Estado. Na Galiza, esta etapa caracteriza-se pola consolidação na vida cultural galega do projecto editorial de Galaxia e de determinadas associações culturais³ e polo

1. Esta comunicação está enquadrada no projecto “Portugal e o mundo lusófono na Literatura Galega das últimas três décadas (1968-2000)” desenvolvido por umha parte do grupo de investigação Galabra da USC e parcialmente subsidiado pola Junta da Galiza (PGIDT01PXI20414PR).

2. A norma ortográfica utilizada na apresentação deste trabalho ajusta-se à proposta da Associação Galega da Língua (AGAL).

3. O Galo (Compostela, 1961); O Facho (A Corunha, 1963), Asociación Cultural de Vigo (Vigo, 1965),

trabalho que, desde meados da década de sessenta, vem desenvolvendo na clandestinidade grupos galeguistas de oposição política à ditadura como a Unión do Povo Galego (1964) ou o Partido Socialista Galego (1965).

Contudo, esta crescente presença do galeguismo na vida cultural galega dista muito de representar a consolidação de um sistema literário galego dotado de suficiência sistémica, pelo que realmente temos de falar da aparição dentro do campo cultural de grupos que, conformando um protossistema literário⁴, procuram a sua construção mediante a conquista da centralidade dentro do seu espaço social e do reconhecimento internacional.

Estas mudanças na correlação de forças dentro do campo cultural implicam a aparição de novas vias e dinâmicas de trabalho, entre elas a promoção de uma literatura infanto-juvenil galega em que os agentes protossistémicos podam vir a veicular uma determinada ideia de língua, de galeguidade e de Galiza.

Galaxia, nascida no ano 1950 e impulsionada por agentes do galeguismo cultural que tinham começado o seu trabalho intelectual na etapa de pré-guerra como Francisco Fernández del Riego, Ramón Piñeiro, Xaime Isla Couto ou Ramón Otero Pedrayo, ocupa neste período, de maneira inequívoca, o centro do protossistema literário galego se atendermos ao volume de iniciativas editoriais e culturais por ela implementadas. Galaxia publicou o 29% dos títulos editados em galego entre 1969 e 1975, percentagem que se torna especialmente importante quando sabemos que mais de metade dos mesmos se editavam fora da Galiza neste período (Pino Ramos 2004: 4).

No ano 1967, esta editorial porá em andamento a primeira colecção em que serão publicados regularmente textos de literatura infanto-juvenil em língua galega, promovida pelo seu gerente na altura, Francisco Fernández del Riego. Mas esta primeira colecção de Galaxia de livros para crianças não será uma empresa exclusivamente galega, pois contará com a colaboração da editorial catalana “La Galera”, fundada em 1963 em Barcelona por Andreu Dòria com a intenção de publicar livros de infanto-juvenil moderno segundo a nova pedagogia e apoiar a cultura catalana. Barcelona é nesta altura um dos mais importantes enclaves da emigração galega dentro do Estado espanhol e a Catalunha representa um referente de analogia para os agentes protossistémicos galegos, pois é, igualmente que Euskadi ou Galiza, uma nacionalidade histórica

Auriense (Ourense, 1967), Amigos da Cultura (Ponte-Vedra, 1967) ou Abrente (Ribadavia, 1969) entre outras.

4. Entende-se por protossistema a «rede formada por um conjunto de pessoas vinculadas por uma interrelação de (macro)factores -mercado, instituições, emissores, receptores, repertórios, produtos culturais- que apresentam carências importantes na sua estabilidade e, por vezes, na sua definição sistémica, e que pretendem substituir uma parte ou a totalidade dum outro sistema que normalmente se constitui no seu referente de oposição.» (Torres Feijó).

do Estado espanhol mas situada numha posiçom de privilégio, umha vez que conta com umha vida política e cultural mais organizada e com umha maior capacidade de produçom editorial que as outras duas.

Neste quadro, a Catalunha representa para a Galiza umha porta aberta à projecçom do caso galego no Estado espanhol e, para além desse referente de analogia, um parceiro na conformaçom de redes interssistémicas por parte dos agentes culturais implicados nos diferentes processos de emergência sistémica existentes no conjunto do Estado. Como amostra dessa “entre-ajuda” das periferias (Rodríguez Prado 2002: 4) para a construçom conjunta de um novo mercado alternativo temos a publicaçom iniciada em 1966 de umha série de quatro livros de contos infantis na colecçom “A Galea de Ouro” traduzidos para galego do catalám e do castelhano.

Em 1967 edita-se o que foi o primeiro livro de infanto-juvenil galego publicado numha colecçom especializada, *Polo mar van as sardiñas* de Xohana Torres que tinha sido tradutora dos anteriores volumes. Galaxia anunciara a publicaçom de mais títulos nesta colecçom, mas o reduzido volume de vendas e as dificuldades económicas impediram a sua continuidade. A ediçom em colaboraçom com “La Galera” representou, possivelmente, umha soluçom “de urgência” para umha necessidade concreta à par que umha primeira tentativa de entrada de Galaxia no sector que permitiu à editorial avaliar as condiçoms do mercado; mas a consecuçom da consolidaçom de umha literatura infanto-juvenil galega implicaria a necessidade da organizaçom de umha rede de produçom e distribuçom deste tipo de materiais.

Apesar destes problemas iniciais, Galaxia nom renunciará a continuar publicando infanto-juvenil e porá em andamento em 1968 umha nova colecçom que abandonará o formato de alta qualidade importado da Catalunha (livros a toda cor com capas de cartom plastificado e folhas despregáveis) para adoptar um formato livro com desenhos a duas tintas muito mais próximo das publicaçoms de infanto-juvenil que a editora coimbrá Atlântida comercializou entre 1967 e 1970 e que durante a nossa pesquisa pudemos encontrar nos fundos da Biblioteca Fernández del Riego, onde se recolhem os exemplares da biblioteca particular do na altura gerente de Galaxia e impulsor, como já antes foi referido, da publicaçom de infanto-juvenil por parte da editora viguesa. Mas nom ficarám por aqui as similitudes entre as ediçoms da Atlântida e os exemplares da futura colecçom de Galaxia, pois, como já tinha sido experimentado com anterioridade pola editora portuguesa em *O Livro da Tila: cantigas pequeninas* de Matilde Rosa de Araújo publicado na colecçom “Bandeiras de todo o mundo”, nos novos materiais Galaxia, os textos literários serám acompanhados de ilustraçoms feitas por crianças, facto que representa, em ambos casos, umha hipotética medida para superar as carências económicas e reduzir o investimento que exige este tipo de produtos. Sabemos assim de umha atençom de del Riego para a literatura infanto-juvenil portuguesa que nom

existe para nengunha outra literatura nacional. O facto de encontrarmos na sua biblioteca particular até seis títulos diferentes de infanto-juvenil publicados por Atlântida entre 1967 e 1970, anos em que Galaxia começa a editar em solitário livros deste género, acompanhado das similitudes existentes entre estes e a nova colecção da editora galega, permite-nos lançar a hipótese de determinados formatos serem transferidos de maneira não declarada para a Galiza desde Portugal, histórico referente de reintegração para a literatura galega.

A aparição desta nova colecção coincidirá com a celebração do primeiro “Concurso Nacional de Contos Infantis O FACHO” (CNCIF) convocado pola “Agrupación Cultural O Facho” da cidade da Crunha que se estabeleceu “coa pretensión de axudar a fomentar e promover a creación dunha literatura infantil galega, tendo carácter anual”⁵. Seguindo este mesmo modelo, sob a denominação “Concurso Nacional de Teatro Infantil O FACHO” (CNTIF), estabeleceu-se um novo certame de periodicidade bianual com a aspiración de “axudar a criar un, até entón inexistente, teatro infantil en galego” (Facho, O 1991: 113).

A aparição dos concursos organizados por “O Facho” não ficou pola simples convocatória dos certames e concessão dos prémios, este aumento na produção de infanto-juvenil galego teve unha repercussão directa no catálogo de publicações de Galaxia, sendo determinante para a posta em andamento e garantia de continuidade da sua nova colecção de literatura infantil, onde se publicou em 1968 *A galiña azul* de Carlos Casares, colectânea que incluí o conto que recebeu o primeiro prémio no primeiro CNCIF organizado nesse mesmo ano. A partir desse momento, Galaxia editará na sua colecção a maioria dos traballos ganhadores destes certames, até o ponto de representarem metade dos catorze títulos de infanto-juvenil publicados pola editora viguesa entre 1968 e 1975. Alguns dos contos premiados nestas edições e não publicados na altura viriam a fazer parte do catálogo de Galaxia com posterioridade⁶.

No que di respeito ao teatro, o ganhador do primeiro certame celebrado em 1973 será novamente Carlos Casares com a peça *As laranxas máis laranxas de todas as laranxas*, publicada também por Galaxia nesse mesmo ano. A obra de Bernardino Graña *Sinfarán contra don Perfeto*, que recebeu a primeira menção de honra também em 1973, seria publicada por Galaxia no número 48 da revista *Grial* em 1975 e a obra ganhadora da seguinte edição, *Viaxe ao país de ningures* de Manuel Lourenzo, seria editada em 1977 pola editora viguesa.

5. Este concurso, que contou desde o início com duas modalidades: A) “contos para nenos” e B) “contos dos nenos”, contribuiu em boa medida para incentivar o aumento da produção de literatura infanto-juvenil moderna por parte dos escritores galegos e um total de 438 traballos destinados ao público infantil foram apresentados a concurso nas suas oito primeiras edições (Facho, O 1991: 104).

6. “Sabeliña e os ratos” de Paco Martín (1º prémio do CNCIF em 1973), “Zoca zoqueira” de Xoán Babarro (1º prémio do CNCIF em 1974) e “O Cataventos” de M^a Victoria Moreno (1º prémio do CNCIF em 1974) in VV. AA. (1979): *Contos para nenos*. Vigo, Galaxia ou *Viaxe ao país de ningures* 1º prémio do CNTIF em 1975 publicado por Galaxia em 1977.

Desta maneira produz-se umha mudança na oferta editorial infanto-juvenil de Galaxia, pois, se na colecção editada em colaboração com “La Galera” foram publicadas quatro traduções de textos em catalão e castelhano e um único texto produzido originariamente em galego, facto que põe em destaque a importância porcentual da tradução nos sistemas emergentes para preencher lacunas na sua produção; das catorze obras de infanto-juvenil que Galaxia publica entre 1968 e 1975 só uma delas é uma importação de um outro sistema, *O principião* de Antoine Saint-Exupéry traduzido por Carlos Casares. A importação fica assim representada, neste período, por uma única obra já canonizada dentro do sistema francês, importada para o protossistema galego, se calhar não tanto pela necessidade urgente de preencher um espaço vazio na oferta editorial de Galaxia, mas pelo elevado status internacional do sistema exportador e o prestígio que a sua importação implica para o protossistema de destino, incrementado mediante uma tática, a da tradução de textos consagrados de sistemas prestigiados, muito habitual também durante este período na revista *Grial*.

Sendo o infanto-juvenil esse âmbito privilegiado para fabricação de ideias e para a planificação cultural que apresenta a funcionalidade de poder exercer uma grande influência sobre as camadas mais jovens da população, é claro que a projecção no futuro que oferece deve ser de vital interesse para grupos protossistémicos que trabalham, por exemplo, como no caso galego, na defesa e normalização da sua língua. E é aí que se torna especialmente necessário ter uma importante produção própria, a importação pode transmitir uns determinados valores, pode ser utilizada e reinterpretada conforme as normas do sistema receptor, mas a planificação cultural leva-se a cabo fundamentalmente desde a produção originada no próprio protossistema.

Encontramo-nos assim ante um grupo de agentes protossistémicos que na década de cinquenta decide criar com Galaxia um projecto editorial que lhe permita, continuando com o trabalho que estava a ser desenvolvido no pré-guerra, assegurar a manutenção de uma língua minorizada e a sua normalização dentro do seu espaço social transmitindo determinadas ideias a respeito da própria identidade. Para atingir estes objectivos, poder contactar com as camadas mais jovens da população por meio do infanto-juvenil torna-se muito importante, o que determina a necessidade da criação de uma rede de produção e distribuição deste tipo de materiais. A editora representa uma das peças necessárias para levar a cabo este tipo de intervenção cultural, de outra parte coloca-se a necessidade de impulsionar a produção deste género, cometido que cumpre “O Facho” com a organização dos concursos nacionais de literatura infantil. Mas para falarmos da conformação de uma rede necessitamos estabelecer uma ligação entre os dois grupos que intervinham simultaneamente no sistema.

Neste caso, esta ligazón torna-se visível quando comprovamos a constituíção dos júris encarregados de avaliar as obras apresentadas aos diferentes concursos. Marino Dónega, membro do consello de redacção da revista *Grial*, central no sistema pola súa estabilidade e o capital simbólico da editorial Galaxia e dos seus colaboradores, está presente em todos e cada un dos júris do CNCIF constituídos durante estes oito anos. Outro membro deste consello de redacção, Ricardo Carballo Calero, participará tamén do júri da primeira edición e com ele Xohana Torres, que participou tamén do júri do CNTIF na súa segunda edición, destacando na primeira a presenza de Ramón Piñeiro, co-director de *Grial*, um dos membros fundadores de Galaxia e um dos agentes culturais centrais no protossistema literario galego.

A importancia concedida polos agentes culturais da altura à intervención conjunta neste tipo de iniciativas é posta de manifesto polo propio Ramón Piñeiro no seu artigo “A literatura infantil”, publicado em 1971 no volume *Galicia Ano 70* editado por Ed. Celta:

As publicacións de Galaxia e máis os concursos que convoca cada ano *O Facbo* téñenlle dado un bó pulo inicial [à literatura infantil], ao que tamén se incorporou o poeta chairego Manuel María, co seu libro de poemas para nenos ‘Os soños na gaiola’. Dende logo merece especial aplauso o concurso literario de *O Facbo*, co seu dobre premio de ‘contos pra nenos’, e de ‘contos de nenos’, pois nos tres anos que leva de existencia ten promovido unha importante aitividade de creación literaria que nos tem dado xa um dos máis fermosos libros da literatura galega: ‘A galiña azul’, de Carlos Casares. (Piñeiro 1971: 29)

Mas é claro que quando os promotores deste tipo de iniciativas falam em “pulo inicial” para a literatura infantil están a referir-se à literatura infantil escrita, moderna, como vemos no seguinte texto de Piñeiro no volume *Tres siglos de literatura infantil europea* coordinado por Bettina Hürlimann:

La literatura infantil en lengua gallega carece de tradición. Comienza realmente en nuestros días. Claro está que nos referimos a la literatura escrita, porque la tradición oral popular cuenta en Galicia con una rica *literatura* infantil que ha servido de alimento imaginativo a las sucesivas generaciones de niños gallegos a lo largo de los siglos. Para hablar con exactitud tenemos que decir que la literatura infantil en lengua gallega ha sido hasta nuestros días la literatura oral, literatura ‘contada’, y en nuestros días empieza también a manifestarse como literatura escrita, como ‘literatura para leer’. (Piñeiro 1982: 332)

Esta tradición oral popular nom passou desapercibida para os novos produtores da literatura infanto-juvenil galega moderna. A análise dos espaços em que se desenvolvem as histórias das obras premiadas polo CNCIF apresenta, como característica fundamental do conjunto, umha preferência exclusiva polos espaços rurais ou vilegos e um tom discursivo que em muita ocasións se aproxima de umha tentativa de diálogo narrativo com o leitor que

enlaça com esta literatura de tradição oral. Para além dos espaços ou da maneira em que o narrador se dirige aos leitores, a língua utilizada nestes textos apresenta, na maioria dos casos, traços caracterizadores das falas populares das zonas dialectais dos seus produtores, o que põe de manifesto a falta de unificação lingüística ocasionada pela inexistência de uma norma oficial do galego culto aceite pelos diferentes grupos em emergência como modelo literário. A ausência dessa norma culta foi vista, por alguns agentes próximos de Galaxia —e muito especialmente por Ramón Piñeiro— como garantia da pureza dessa cultura popular de tradição oral, até o ponto de a transformar em virtude numa visão essencialista da cultura galega, afirmando que o galego autêntico se encontrava na fala do povo (Cordeiro Rúa; Rodríguez Prado 2002: 2).

Estabelece-se assim uma ligação entre este tipo de usos lingüísticos e os espaços predominantemente rurais presentes na literatura infanto-juvenil galega desta época. A recorrência a este tipo de espaços oferece para os agentes protossistémicos a certeza de que a sua obra vai apresentar uma realidade inequivocamente galega, o que provoca que esta chegue a constituir-se em norma de repertório⁷ símbolo de pertença ao protossistema galego e diferencial com o seu referente de oposição, o sistema espanhol.

Se alguma coisa caracteriza este tipo de literatura é que, de uma maneira mais ou menos explícita, toda ela é, em certa medida, literatura comprometida com a construção de um protossistema galego e reflexo no campo cultural das lutas que se estão a travar no campo do poder. Podemos afirmar que desde a simples escolha do código lingüístico os autores assumem uma determinada beligerância a respeito da situação sóciopolítica galega. É certo que tradicionalmente, os contos infantís apresentam situações de desequilíbrio em que um herói vence o seu antagonista para restaurar a situação de equilíbrio inicial, mas se analisarmos particularmente as temáticas de muitos destes contos, encontraremos-nos com que muitas das situações apresentadas neles guardam uma forte correlação com a falta de liberdade e a repressão com a que a ditadura franquista procurava atingir a homogeneização cultural dos territórios do Estado.

Som exemplos disto: “Sabeliña e os ratos” de Paco Martín, que conta a história da resistência de um rato ante o poder injusto e totalitário de um outro rato que se apodera de todos os dentes que lhe caem às crianças sem deixar nengum para o resto; *O espanta-paxaros* de José Agreló Herme que é um conto

7. “Usamos a noção de ‘norma de repertório’ para aludir àqueles elementos que, particularmente em determinadas fases sistémicas e não sendo relevantes na distinção de sistemas, conferem ao produto uma marca e um ‘plus’ de genuinidade: no caso do protossistema literário galego, em dada altura (nos anos vinte do século XX, por exemplo) o uso da língua é determinante para a caracterização sistémica, mas tratar ‘assuntos galegos’ (a paisagem, a emigração, etc.) fazia ‘mais galego’ o produto” (Torres Feijó 2002: 8).

contra a emigração e contra a causas que fám com que os homens e as mulheres tenham que deixar a sua terra e que apresenta como se torce o destino de um espantalho quando o seu amo decide emigrar para a Alemanha porque na Galiza nom ganha o suficiente para viver ou *O león e o páxaro rebelde* de Bernardino Graña que é um conto contra a censura que relata a história de como o leom, o rei do bosque, implantou a censura prévia para acabar com as letras de protesto dos cantos de Pimpín, o páxaro rebelde, e de como este se defendeu para seguir cantando em liberdade.

Mas é claro que elementos repertoriais como o ruralismo ou as denúncias de tipo social presentes nestes textos poderiam funcionar também em diferentes sistemas, em condições similares, de umha maneira semelhante. Nom acontece o mesmo por exemplo com *A galiña azul* de Carlos Casares, que apresenta um prólogo muito mais explícito do autor onde dedica o livro a Ana Lasquetty González-Pardo, umha menina nascida na Galiza, filha de pais santanderinos, que quando criança marchou para viver na terra da sua família. Di Casares neste prefácio que quando se despediu dela lhe disse à sua mai: “Que non se esqueza nunca de que é galega”. E agora, no prólogo do livro, dirige-se a Ana, a quem há já anos que nom vê, para dizer-lhe: “Eu non sei se te decatás de que eres galega, Ana, nin sei se sabes ben qué é Galicia ou cómo é. Agardo que podás voltar pronto ó pobo onde naciches, pra pasear xuntos e insinarche a fonte dos peixes, que xa non bota auga i o garda, o teu amigo, que aínda está na esquiña, um pouco máis vello, pero facendo sempre os mesmos xestos que tanto che adivertían. Mentras non voltas, mándoches estes contos, escritos na túa língua, pra que ó escoitar estas palabras podás lembrar aquelas outras ditas por aquela vella campesiña que viña do dentista de arrincar unha moa: “¡Ai que nena tan bonita! Parece unha mazá” (Casares, Carlos 1968).

No que di respeito à encenação das peças produzidas ao redor do CNTIF terám novamente um papel fundamental as associações culturais nascidas ao longo da década de sessenta, implicadas na socialização e popularização deste tipo de produtos culturais pola via da sua representação pública. Neste sentido, podemos destacar a criação do “Grupo de Teatro O FACHO” na Crunha ou a organização da “I Mostra de Teatro Galego” pola “Agrupación Abrente” de Ribadavía em 1973⁸. Para além dos dados referidos à Galiza temos de destacar também umha nova colaboração galego-catalana, a encenação em Barcelona da peça *O roubo do aparello* de Euloxio Rodríguez Ruibal, reconhecida com a segunda menção honorífica do concurso, sob o título *Um invente extraordinari* pola companhia *Jocs a la Sorra* em versom catalana de Jordi Coca e Jaume Melendres também em 1973.

8. Evento em que a companhia da Crunha estreará a peça *As laranxas mais laranxas de todas as laranxas* de Carlos Casares, ganhadora do CNTIF nesse mesmo ano.

Podemos afirmar entom, que, partindo da colaboraçom com agentes cataláns e da atençom para o sistema literário português, com o labor de Galaxia, O Facho e Abrente, entre outros, os agentes protossistémicos galegos conseguem criar umha rede de intervençom cultural capaz de garantir as bases para a manutençom de umha literatura infanto-juvenil ao serviço do seu projecto de construçom de um sistema literário galego dotado de suficiênciá sistémica e definido polas suas normas sistémicas e repertoriais.

Nesta comunicaçom atendemos fundamentalmente à funçom e posiçom de Galaxia dentro do sistema e ao seu papel na criaçom de umha rede promotora de um infanto-juvenil galego umha vez que podemos afirmar que o grupo que sustenta este projecto editorial ocupava na altura as posiçoms centrais do protosistema galego e que a sua produçom de infanto-juvenil representa quase metade dos textos publicados neste período.

Aliás nom podemos deixar de mencionar o labor de Ediciós do Castro com quatro títulos publicados e três reediçoms de *Memórias de um neno labrego* (livro que nom podemos classificar propriamente de infanto-juvenil mas que cumpriu essa funçom durante a década de sessenta), Castrelos com três títulos publicados ou da Editorial Celta, dedicada ao infanto-juvenil, que durante estes anos publicará três novos títulos um dos quais será reeditado, *Os sonhos na gaiola* de Manuel María, livro de poemas que responde, em grande medida, às características que vimos de apontar para a produçom em prosa, predominante na altura, em versos como estes pertencentes ao poema “Galicia”:

Galicia somos nós:
a xente e mais a fala
¡Si buscas a Galicia
em tí tés que atopala!
(Fernández Teixeira, Manuel María 1968)

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARAÚJO, MATILDE ROSA (2ª ed.) (1968): *O Livro da Tila: cantigas pequeninas*, Coimbra, Atlântida.
- CORDEIRO RUA, G. e RODRÍGUEZ PRADO, M. F. (2002): “Sistema literário galego e mundo lusófono nos primeiros setenta: Portugal para quê?”, *ACTAS do VII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Brown University-Providence (Estados Unidos), Julho, 2002. (no prelo)
- FACHO, AGRUPACIÓN CULTURAL (1991): *A Agrupación Cultural O Facho. A Coruña na cultura galega*. A Corunha, Agrupación Cultural O Facho.

- PIÑEIRO, RAMÓN (1971): “A literatura infantil” in VV. AA. (1971): *Galicie Ano 70*, Lugo, Ed. Celta.
- PIÑEIRO, RAMÓN (1982): “Literatura infantil en gallego” in Hürlimann, Bettina (Coord.) (1982): *Tres siglos de literatura infantil*, Barcelona, Editorial Juventud.
- PINO RAMOS, SARA (2003): “Editoras da península e produto cultural galego no tardofranquismo”, *ACTAS do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos*, Barcelona, Maio, 2003. (no prelo)
- RODRÍGUEZ PRADO, MARIA FELISA (2002): “Presença(s) de Salvador Espriu no sistema cultural galeguista”, *ACTAS do Si de nou volem pasar. I Congres Internacional Salvador Espriu*, Barcelona – Arenys de Mar, Setembro, 2003. (no prelo)
- TORRES FEIJÓ, E. J (2002): “O estudo do mundo lusófono no sistema literário galego: bases metodológicas para o estudo dos sistemas emergentes e as suas relacións intersistémicas”, *ACTAS do VII Congreso da Asociación Internacional de Lusitanistas*, Brown University-Providence (Estados Unidos), Julho, 2002. (no prelo)

BIBLIOGRAFIA DO CORPUS CITADA

- AGRELO HERMO, JOSÉ (1972): *O Espanta-paxaros*, Vigo, Galaxia.
- CASARES, CARLOS (1968): *A Galiña azul. Contos pra nenos*, Vigo, Galaxia.
- CASARES, CARLOS (1973): *As Laranxas máis laranxas de tódalas laranxas*, Vigo, Galaxia.
- FERNÁNDEZ TEIXEIRO, MANUEL MARÍA (1968): *Os soños na gaiola*, Lugo, Celta.
- GRAÑA, BERNARDINO (1969): *O León e o paxaro rebelde*, Vigo, Galaxia.
- GRAÑA, BERNARDINO (1975): *Sinfarainin contra don Perfento*. Grial. nº 48 (abr.- xuñ.).
- LOURENZO, MANUEL (1977): *Viaxe ao país de ningures*. Vigo, Galaxia.
- NEIRA VILAS, XOSÉ (1968): *Memorias dun neno labrego* [2ª ed.], Sada, Edicións do Castro.
- SAINT-EXUPÈRY, ANTOINE (1972): *O Principiño*, Vigo, Galaxia.
- TORRES, XOHANA (1967): *Polo mar van as sardiñas*. Vigo, Galaxia.
- VV. AA. (1979): *Contos para nenos*. Vigo, Galaxia.

O SUJEITO DA MINORIA: MULTICULTURALISMO E HIBRIDAÇÃO NO PROGRAMA GOVERNAMENTAL BRASILEIRO 'FOME ZERO'⁽¹⁾

Dina Maria Martins Ferreira

Universidade Estadual Paulista

Resumo: Este artigo pretende discutir a leitura como produção de sentido; propõe o encontro do leitor com o texto, fundindo os horizontes de expectativa, atualizando o texto. Tal discussão visa a alertar o leitor: para novas pesquisas de leitura, de comunicação midiática, neste caso, mídia impressa; para o processo de intertextualidade temático-textual, presente na matéria jornalística crítica.

Palavras-chave: mídia impressa, intertextualidade, leitura, sentido, tessitura.

Considerações

O que se pretende é levantar “como as coisas são *percebidas*, e não como elas de fato *são* (isto é, supondo que haja uma maneira não-política de contemplá-las)” (Rajagopalan, 2004:212) Estamos em uma teia de diferenças, a teia do Fome Zero, que epifaniza, de imediato, pelo próprio sentido do título do projeto, as diferenças de classes na sociedade brasileira: alguns comem outros não.

As diferenças de classes vão ser estabelecidas em dois níveis polares: classe privilegiada e a classe não-privilegiada. Nesta dicotomia, um leitor crítico vai perceber que se trata de um corte epistemológico, na medida em que classificar por extremos não referenda a complexidade de classes da sociedade brasileira, apesar de indicar os picos. Em cada um dos pólos, outras diferenças se fazem presentes, mas preferimos alçar a dicotomia maior que tanto habita o mundo das estatísticas quanto, e principalmente, o mundo do imaginário social em que estereótipos são constantemente alimentados pela comunicação social.

Aos nos deter em estereótipos, como um recurso argumentativo, cabe lembrar que estereótipos são, sem dúvida, significados mais cristalizados, mas não menos dinâmicos, já que como

representações culturais constituem um processo dinâmico (...) Não se trata de elementos estáticos nem imutáveis mas sim sistemas de representação que mudam

1. Este artigo é parte de uma pesquisa sobre o programa governamental Fome Zero e suas políticas de representação que deve ser formatada posteriormente em livro para publicação.

e se reelaboram em forma de imagens, modelos crenças e valores em cada contexto e tempo (Kincheloe & Steinberg, 1999:12)².

Imaginário, em sua organização dinâmica e com sua capacidade de produzir imagens simbólicas e estereótipos, manejam representações que possibilitam pôr ordem no ‘caos’. O Imaginário, acionado pela imaginação individual, é pluri-espacial, alinear, que na interação social constrói a memória, a história museológica, um capital humano. Mesmo que possamos pensar que estereótipos são resultados de ‘matrizes’, a cultura é dinâmica, porquanto símbolos, estereótipos são olhados e re-significados em determinado instante social.

Preenchemos, então, o espaço das categorias estereotipadas por figuras: na classe dos privilegiados alocam-se não só os ditos ricos as também o governo, pois ambas figuras circulam na faixa do poder. O poder governamental, na figura Lula, representante do povo (e com o povo por sua própria biografia), está nesse momento histórico (2003/2005) habitando a classe privilegiada; e, de outro, o pobre ou até o miserável, classe que abriga o esfomeado brasileiro.

Imagens podem bem representar o imaginário social do poder e do miserável: (1) o poder governamental:

- Lula, por ocasião de visita a Lima, Peru, Palácio da Justiça, é fotografado em um trono estofado de veludo vermelho e de armação dourada, veste terno escuro perpassado por uma faixa branca de listra vermelha indicadora de premiação funcional, e tem seus olhos perdidos para um horizonte distante - é a imagem da realeza no poder (*Folha de São Paulo*, 1^a página, 26 de agosto de 2003) ;

(2) o miserável:

- a agricultura Maria Martins da Rocha, de joelhos sobre um chão de palha tem um filho pequeno, talvez dois anos, em seu colo; de cada lado outros dois agachados também ao chão de palha, todos estão descalços, assim o parece; descabelados, vestidos pobremente, rodeados por parede pobres e com um varal de cordas curvo com roupas penduradas amontoadas. É a imagem de família beneficiada pelo Bolsa-Família³, em Guaribas⁴. (*Folha de São Paulo*, 27 de dezembro de 2004, A6).

Multiculturalismo no neoliberalismo

Por tal polaridade e distância entre pólos sociais, começamos a perceber que uma nação, um povo, uma ‘unidade’ multicultural. Ao mostrar e representar a heterogeneidade, o multiculturalismo se torna visível no contexto sócio-

2. As citações de Kincheloe & Steinberg foram traduzidas pela autora.

3. *Bolsa-família* é um dos recursos governamentais em prol de famílias pobres.

4. *Guaribas* é uma das cidades do nordeste brasileiro, região mais pobre do país, aquinhoadas pelo Projeto Governamental Fome Zero.

histórico brasileiro. Multiculturalismo ratifica-se pelo próprio projeto Fome Zero, já que ele só pode existir se houver diferenças; um projeto governamental que legitima as diferenças de classe da sociedade brasileira.

Começamos a questão pela própria construção da palavra multiculturalismo: <multi> e <cultura>. <Multi> estaria para os alvoroços sociais, as disparidades e as várias dimensões que a diferença toca; e <cultural>, o espaço em que as diferenças de classes se circunscrevem; espaço de performativos, valores, olhares e sentidos diversos: “a cultura pode ser concebida como um conjunto de crenças e de modelos conceituais da sociedade que molda as práticas cotidianas” (Kincheloe & Steingerg, 1999:12). É como afirma Stuart Hall (1997 *apud* Kincheloe & Steinberg, 1999:12) sobre o impacto do sistema de representações na configuração da sociedade atual: “as representações tem a ver com o cultural, porém, sobretudo, com o significado que dão a cultura porque transmitem valores que são coletivos, compartilhados, que constroem imagens, noções, mentalidade a respeito de outros coletivos.”

No início do século XXI (Kincheloe & Steinberg, 1999), projetos sociais têm privilegiado o princípio da igualdade a partir do reconhecimento da diversidade; direitos humanos têm “refletido sobre o conceito de cidadania em sociedades que operam mecanismos de exclusão de setores crescentes de minorias que não gozam dos direitos de cidadania” (Kincheloe & Steinberg, 1999: 13). E parece que é essa a proposta do projeto Fome Zero: ao reconhecer a grande diversidade de classes, propõe um princípio de igualdade - prato cheio à mesa de todos os brasileiros -, a classe privilegiada deve incluir os excluídos, os pobres famintos.

E é justamente pelos estudos que se têm feito sobre o multiculturalismo, que quero indagar como ele organiza os sujeitos do projeto Fome Zero: governo e esfomeado. O caminho argumentativo parte do que seja multiculturalismo e seu mecanismo social. Na medida em que a voz e a atuação estão nas mãos do governo, estamos na dimensão do sócio-político, universo da voz, daquela que fala e atua. Tal ênfase se faz pertinente, na medida em que vamos percorrer a dimensão do social e atingir a dimensão das massas; na dimensão do social trabalhamos com vozes e representações e na dimensão das massas com o apagamento do sujeito, o sujeito calado, cuja voz é o silêncio (Baudrillard, 1985). Para montar a passagem entre a dimensão social e a das massas, duas pontes são utilizadas: o jogo neoliberal (Mance, 1995, Malaguti et al., 2002, Machado, 2002 e Gonçalves e Gonçalves e Silva, 2002) e a hibridação na representação (Canclini, 2003) cuja teia se faz pela generalização (Flew, 1971) de sujeitos.

Discutindo como as classes polares – privilegiados e não-privilegiados – se posicionam no movimento social:

Falar do multiculturalismo é falar do jogo das *diferenças*, cujas regras são definidas nas *lutas* sociais por *atores* que, por uma razão outra, experimentam o gosto amargo da *discriminação* e do *preconceito* no interior das sociedades em que vivem. (Gonçalves e Gonçalves e Silva, 2002:11) (itálico acrescido).

No que tange ao *jogo de diferença* ratifica-se duas posições heterogêneas já mencionadas: poder governamental e carentes de comida, ou seja, o governo que comanda e dá as diretrizes e o que espera benefícios para suprir sua carência. No aparente mundo do constativo – é isso e ponto final –, as diferenças acionam o *preconceito* e a *discriminação*. O poder governamental pode receber críticas, a que alguns chamariam de discriminação, mas não é dessa discriminação a que estamos nos referindo, é aquela que exclui, que faz o privilegiado se afastar daquele que não é privilegiado. O esfomeado é um grupo *discriminado*, porquanto habita no imaginário coletivo dos privilegiados como aquele que tendo pouco tira daquele que tem, como aquele que causa estranheza ao belo do sucesso. E tirar do outro torna-se sinônimo de possível violência. O medo passa a não separar a violência criminal do desespero⁵. É a história brasileira, a história atual, aquela que está na mídia que apresenta o diferente – o pobre - que habita ao lado daquele que lê o jornal, que fala,... Calado pela voz, de boca fechada para a comida, esse grupo sofre *preconceito*: quem é miserável pode atacar, nada tem a perder. Vemos a diferença de classe pela quietude e passividade na fala de Martilene do Nascimento e a neta Ana Clara, que vivem com mais sete pessoas, com renda de R\$260,00⁶– Eu me acostumei a comer 1 vez por dia (*Folha de São Paulo*, 17 de dezembro de 2004, C5); e pela alegria do empresário rico que se diverte de máscara do presidente neste Carnaval; (e que pulou carnaval) com este “Lula” de camiseta decotada (*Folha de São Paulo*, 7 de março de 2003, Ilustrada, E2).

No caso do Fome Zero, o grande espinho epistemológico é como dizer que o projeto é um retrato do multiculturalismo brasileiro, já que este se traduz como um movimento de reivindicação, no qual sujeitos *lutam*, ou seja, há *atores*. E aí perguntamos, a classe dos esfomeados luta, reivindica? Como um esfomeado pode lutar, se não alimenta o próprio corpo que poderia lhe dar energia para ação? O impasse para classificar o projeto governamental Fome Zero como uma questão multicultural se apresenta, pois a classe dos miseráveis não reivindica, não reage. E utilizo uma citação na qual injeto negativas (em itálico e entre parênteses) como recurso argumentativo para explicar a não-voz do esfomeado e sua partida para a dimensão das massas:

5. Não se está justificando a violência como resultado da pobreza, mas levantando indícios de alvoroços sociais que podem ter razões mais complexas.

6. Para que se tenha um referente sobre o valor de pobreza de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), no câmbio de 2005, US\$1,00 equivale a R\$2,60, aproximadamente.

(Os miseráveis) (*não*) contam com a aliança de outras minorias ou de outros grupos culturalmente dominados e, juntos, (*não*) reagem por meio de suas organizações políticas, para serem (*não*) reconhecidos e (*não*) respeitados quanto aos seus direitos civis” (Gonçalves e Gonçalves e Silva, 2002:20)

Na citação anterior (versão original, sem inclusão das negações), veicula-se aliança entre os dominados, de modo a se lutar por uma integração social, ou seja, o miserável deixaria de ser miserável e começaria a fazer parte do grupo social de respeito e com direitos civis. No entanto, a problemática dessa aliança multicultural ocorre na dimensão de um social que prima por comportamento neoliberal: a ‘nova-liberdade’ que não nega diferenças e que apregoa ‘leis’ de integração e de direitos de igualdade. Mas por se estabelecer em uma sociedade da competição, o corredor neoliberal é o salve-se-quem-puder: quem dita as regras é o performativo da maré político-econômica. Em uma teologia neoliberal pode-se afirmar que os homens não nascem iguais, nem tendem à igualdade, logo, por princípio, a rede de diferenças ratifica as singularidades; as diferenças seriam de ordem do social, aceitas, mas devem ser eliminadas em prol da integração e da inclusão. E aí pergunta-se se no universo sócio-político neoliberal as diferenças – prato cheio e prato vazio – podem ser integradas na igualdade - o prato cheio dos brasileiros:

Certos grupos advogam a idéia de que o multiculturalismo deve ser entendida como uma *estratégia política de integração social*. Embora salientem as virtudes do caráter *pluricultural* de suas respectivas sociedades, admitem a necessidade de se conservar um *núcleo de valores comuns* (leia-se *valores nacionais*, para os quais todos deveriam convergir (Gonçalves e Gonçalves e Silva, 2002: 14-15).

As estratégias políticas de *integração* do Fome Zero se baseiam em princípios contraditórios, já que um *núcleo de valores comuns* se inviabiliza. Como o sujeito pode trabalhar a tão apregoada liberdade se não tem as possibilidades para exercê-la; de uma lado “cabe a cada homem ter a coragem de usar o seu próprio entendimento e sair da condição de menoridade, na qual é tutelado por outro que lhe diz o que fazer”, mas de outro a “liberdade somente pode realizar-se publicamente se forem garantidas as condições de possibilidade” (Mance, 1995:2).

Falar de diferenças pelo multiculturalismo indica reivindicações, lutas, mas o universo neoliberal nega condições de possibilidade a um ator do tipo esfomeado, que acaba se curvando aos ditames do mercado, no qual o político-econômico governa as oportunidades sociais; neoliberalismo é um tsunami de cooperação social. O vencido é agrupado em um espaço sem fronteiras, ou seja, na generalização em nome de uma integração imaginada. É na não-reação do sujeito ‘inválido’, que o discurso neoliberal encontra um lugar profícuo de atuação. O

privado, aquele que está sentindo o vazio da fome, é generalizado como uma classe a esmo em sua liberdade de atuação. Estratégias políticas do Fome Zero se complicam e se arranjam na generalização. A generalização não corta o privado do esfomeado, mas o esconde na aglomeração constituída por atributos de semelhanças –os pobres se assemelham por compartilharem o atributo fome. As diferenças de classes estão aí, no pluricultural, mas uma fatia se condensa pela generalização que engloba sujeitos não-atores, que não interferem e não reivindicam. Nesse processo se perde a subjetividade do esfomeado, que é apagada na generalidade da identidade da classe –os miseráveis.

Hibridação

O sujeito perdido na generalização pode ter representações interventoras a seu favor, representações cujas figuras representantes não (mais) fazem parte da generalização, já saíram do geral para falar em nome da multidão dos excluídos. Um bom exemplo dessa questão de *diferenças que se unem – hibridação* - e suas representações está na imagem-montagem, do artigo “Lula levou Fanon para a ONU”, de Elio Gaspari (*Folha de São Paulo*, 26 de setembro de 2004, A10), no qual faz uma crítica ao discurso de Lula na ONU sobre a mundialização da fome. Nesta montagem, Lula está discursando na ONU, em palanque, com as mãos tocando/coçando a testa; como pano de fundo, no centro o emblema da ONU e nas laterais, do lado esquerdo, Fanon e, do lado direito, Roosevelt, ambos emoldurados como se estivessem em porta-retratos ovalados.

O termo hibridação tem uso estendido a várias áreas, desde a biologia até as ciências sociais, tais como processos interétnicos e de descolonização, globalizadores, cruzamentos de fronteiras, fusões artísticas etc (Canclini, 2003). Ao transferir o “termo da biologia às análises socioculturais, (este) ganhou campos de aplicação, mas perdeu univocidade” (Canclini, 2003: xix). A essa equivocidade de aplicações acrescento outra, a convivência de figuras representacionais de classes diferentes em um painel imagético, que junta tempos históricos ao performativo das figuras: Roosevelt/1933, Fanon/1960, Lula/2004. Estratégia discursiva, estratégias política?! São representantes interculturais de performativos em tempo e espaço diversos, que se assimilam, pois se constituem de sujeitos interventores a favor de excluídos/famintos. Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, em seu discurso de posse, em 1933, “um dos mais bonitos parágrafos da literatura política mundial: ‘única coisa de que devemos ter medo é do medo (...) Esse terror indefinido, irracional e injustificado que paralisa os esforços necessários para converter uma retirada num avanço’ (*Folha de São Paulo*, 26 de setembro de 2004, A10), é o carro chefe do movimento Fome Zero, porquanto, à época da grande depressão que se iniciou em 1929, inaugura programa alimentar para a

população: *New Deal* fornece o *Food Stamp*. Franz Fannon, em seu “apostolado da violência (é o) grande herói da esquerda negra americana dos anos 60” (*Folha de São Paulo*, 26 de setembro de 2004, A10); se distingue pelo “princípio de historicidade que rodeia tanto o colonizador quanto o colonizado” (Oto, 2003:13) em sua luta pela libertação do colonizado argelino; negro lutou pelo negro. Lula, nordestino, de família pobre, ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista, primeiro presidente de esquerda do Brasil, sabe o que é fome. É coçando a testa com mão, parece estar pensando na dificuldade de transformar estratégia política em práxis. O que nos leva a crer, que

hibridação não é sinônimo de *fusão sem contradições*, mas sim, que pode ajudar a dar conta de formas particulares de *conflito* geradas na *interculturalidade* recente em meio à decadência de projetos nacionais de modernização na América Latina (Canclini, 2003: xviii) (itálico acrescido),

ou seja, a imagem representa hibridação – diferença de cor, de poder político, de classes, de culturas -, simbiotizadas pela representação de vozes interventoras a favor da minoria. Ratifica-se a idéia de que hibridação, no caso específico de classes sociais e suas vozes reivindicadoras - pelo menos no contexto sócio-econômico brasileiro de privilegiados e não-privilegiados - se dá na representação discursiva e não no ‘real’ social.

Até então, a integração das diferenças é buscada: perdida no espaço neoliberal, apagada pela generalização, reacendida pela hibridação das vozes interventoras. Multiculturalismo, neoliberalismo e hibridação convergem ao partilhar diferença, mas divergem na forma de atuar – diferença na pluricultura, na competição e na simbiose, respectivamente - na medida em que se movimentam simultaneamente em um mesmo tempo histórico-social, conturbando e fragmentando suas propostas e desvelando a complexidade de um momento pós-moderno. O multiculturalismo: “inscreve-se na perspectiva cultural heterogênea, na qual se questiona a hegemonia do grupo (classe) dominante e se reserva lugar à expressão das culturas minoritárias para que finalmente se promova a igualdade real de oportunidades” (Machado, 2002:35); atua em espaço neoliberal que gerencia o mundo da exclusão das minorias já que suas regras são a do mercado livre, “única forma de garantir a realização do indivíduo e da ordem natural, isto é, (...) o capitalismo competitivo é a melhor forma de garantir as necessidades do homem” (Malaguti et al., 1998:19); cuja hibridação de representantes busca “reconverter um patrimônio (pobreza e riqueza) para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado” (Canclini, 2003: xxii). Enfim, no mundo multicultural, o neoliberalismo aceita diferenças, mas as *anula* à medida que oferece oportunidade ‘(des-)iguais’ para todos, como se todos fossem iguais; e a hibridação *soma* diferenças dando voz às representações da minoria. Um jogo de forças contraditório, já que os despreparados são injetados para fora do espaço social.

Essas imagens “não refletem o social – é o espelho do social que nelas se despedaça” (Baudrillard, 1985: 14), ou seja, o que parece ser a denúncia do que está ocorrendo na massa - o grupo que se aproveita e o que espera – são “resíduos indiretos” (Baudrillard, 1985:10) da eletricidade absorvida do social. Não são representações de vozes institucionais, mas fagulhas informativas sem obrigação simbólica. Telma e Andréia logo serão diluídas após o instante da informação midiática. A expansão do significado do pobre e da ‘elite’ do semi-árido se afigura como uma irradiação de nosso imaginário e não como um ato de intervenção social. O sentido das imagens não tem força, pois não tem prolongamento, seus sentidos terminam naquele “espaço perspectivo num momento dado” (Baudrillard, 1985:15). É como tivéssemos à mão uma neofiguração de imagens repetitivas e multiplicadas indefinidamente – o que aliás é o que a mídia fornece. Não se tem um referente, mas um referendo da “eletricidade estática” (Baudrillard, 1985:9) das massas:

Isso é a informação (sobre os esfomeados). Não um modo de comunicação nem de sentido, mas um modo de emulsão incessante, de *input-output* e de reações em cadeia dirigidas, exatamente com nas câmaras de simulação atômicas. É preciso liberar a ‘energia’ da massa para dela se fazer o ‘social’ (Baudrillard, 1985: 25).

E o sentido em linguagem, mesmo tentando liberar energia para que se atinja o social, continua estatizando o mundo das massas. As faces de Telma e Andréia voltam a se diluir pela multiplicidade de jogos de linguagem, neutralizando o sentido social da luta e da intervenção; são signos que assinalam sentidos circularmente, destinados a políticas de representação nas quais se suprime os pólos de significação entre ‘elite’ do semi-árido e esfomeado. É por esses jogos da linguagem, que parecem da ordem da simulação, que nos permitimos afirmar que nas massas não há sujeito, ou seja, diferenças se perdem no silenciamento do ‘não-sujeito’.

Pelo não-sujeito –esfomeado–, a linguagem midiática vai mostrando estratégias políticas que constroem o sentido social sob duas direções: “(não só) aparentemente produzem mais social, (como também) neutralizam profundamente as relações sociais e o próprio social” (Baudrillard, 1985: 55-56).

Ao percorrer o caminho da diferença – multiculturalismo e hibridação– no espaço social, e o do apagamento do sujeito –generalização– no espaço das massas, é o próprio eixo sócio-político que nos mostra a impossibilidade de permanecer em classificações polares e até a de diagnosticar posições, o que nos faz voltar ao conceito sobre as massas como “eletricidade estática” (Baudrillard, 1985:9), sintagma que nos leva a continuar indagando sobre as fronteiras entre o espaço social e das massas, se é que as há.

Nesse zigzague de diferenças entre vozes, entre espaços, entre privado e coletivo, o eixo das fronteiras só pode ser medido pela posição do olhar do sujeito; se o olhar é do espaço do poder social para o espaço das massas, a problemática não está no fato se a voz fala ou não, e sim se é ouvida ou não. A questão do silêncio não está para ausência ou presença de sonoridade da voz, mas para as políticas de representação que a envolvem. Afinal “esse silêncio é paradoxal – não é um silêncio que fala, é um silêncio que *proíbe que se fale em seu nome*. E, nesse sentido, longe de ser uma forma de alienação, é uma arma absoluta” (Baudrillard, 1985:23).

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, J. (1985): *À sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas*, São Paulo, Brasiliense.
- CANCLINI, N. G. (2003): *Culturas Híbridas*, São Paulo, EDUSP.
- FLEW, A. (1971): *Western Philosophy – ideas and argument from Plato to Sartre.*, Great Britain, The Gresham Press.
- GONÇALVES, L. A. O. e GONÇALVES E SILVA, P. B. (2002): *O jogo das diferenças – o multiculturalismo e seus contextos*, Belo Horizonte, Autêntica.
- KINCHELOE, J. L, & STEINBERG, S. R. (1999): *Repensar el multiculturalismo*, Madri/Espanha, Ediciones Octaedro, S.L..
- MACHADO, C.G. (2002): *Multiculturalismo – muito além da riqueza e da diferença*, Rio de Janeiro, DP&A.
- MALAGUTI, M. et al. (org.) (2002): *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*, São Paulo, Cortez.
- MANCE, E. A. (1995): *Quatro Teses sobre o Neoliberalismo*, trabalho apresentado na Universidade Livre do Trabalho, Curitiba, UFPR, www.unicamp.br/ifich
- MAYER, H.. (1989): *Os marginalizados*, Rio de Janeiro, Guanabara.
- OTO, A. J. (2003): *Frantz Fanon: política y poética del sujeto poscolonial*, México, El Colégio de México.
- RAJAGOPALAN, K. (2004): *A lingüística que nos faz falar*, São Paulo, Parábola.



TERESA MARGARIDA DA SILVA E ORTA: *LECTIONES IN FABULA*

Maria da Conceição C. M. Gonçalves Matos Flores
Universidade Potiguar

Resumo: Teresa Margarida da Silva e Orta, nascida em São Paulo em 1711 e educada em Lisboa no Convento das Trinas, foi a primeira mulher, na língua portuguesa, a escrever e a publicar um romance. Editado em 1752, com o título de *Máximas de virtude e formosura...*, sob o pseudônimo de Dorotea Engrassia Taveda Dalmira, o romance é percorrido por intertextos variados que inscrevem leituras da autora ao longo da narrativa. Um dos primeiros leitores, o censor do Paço, na autorização concedida para a publicação do livro, reconhece o diálogo que a autora estabelece com os romances gregos de Tácio e Heliodoro. Este trabalho apresenta algumas leituras e autores que percorrem o romance.

Palavras-chave: intertextualidade; leitura; romance; escrita feminina.

Introdução

Por que “os livros falam sempre de outros livros e toda a história conta uma história já contada” (ECO, 1985, p. 20), pretendo mostrar as marcas de leituras deixadas pela primeira mulher a escrever e a publicar um romance em língua portuguesa. Refiro-me às *Máximas de virtude e formosura...*, de Dorotea Engrassia Taveda Dalmira, publicadas em 1752. Acredito que as leituras inscritas, os intertextos, revelam não só a biblioteca da autora, mas serviram, sobretudo, aos propósitos autorais de transmitir lições aos seus contemporâneos. Por isso, escolhi a palavra *lectiones* – do latim, *lectio, lectionis* que significa “ação de escolher; eleição; leitura, ação de ler; o que se lê; texto” (TORRINHA, 1945, p. 471) – por permitir articular ao sentido de leitura o de lições, uma vez que a palavra lição, em português, teve origem nesse étimo latino. Mas antes de passar às *lectiones*, gostaria de apresentar a autora.

1 – Nota biográfica

Quem era Dorothea Engrassia Taveda Dalmira? Existiu, no século XVIII, uma mulher que assim se chamava? A resposta a essas indagações quem a dá é Diogo Barbosa Machado, sete anos após a publicação do romance, no tomo IV, da *Biblioteca Lusitana* (1759), a primeira bibliografia de autores portugueses. No verbete, o estudioso registrava:

D. Theresa Margarida da Silva e Horta, teve por progenitores a José Ramos da Silva, Cavaleiro da Ordem Militar de Christo e Provedor da Casa da Moeda de Lisboa, e a D. Catharina de Horta, e por irmão a Mathias Ayres da Silva e Eça, Cavaleiro professo na Ordem de Christo, e provedor da Casa da Moeda de Lisboa, de quem se fez menção neste suplemento. Ornada de sublime engenho e agudo entendimento, fez admiráveis progressos, assim na Poética como na Oratória. A instrução das línguas mais polidas da Europa lhe fez patentes os mais delicados conceitos, que felizmente praticou na seguinte obra, em que compete a discrição com a elegância.

Máximas da virtude e formosura com que Diófanes, Climenea e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça. Lisboa, por Miguel Manescal da Costa, 1752, 8.

Saiu com o suposto nome de Dorothea Engracia (sic) Tavareda Dalmira. (MACHADO, 1759, p. 271-2)

O abade Diogo Barbosa Machado deixava assinalado para a posteridade o que deveria ser conhecido, naquele tempo, do círculo da corte. Ou seja, a autora do primeiro romance escrito e publicado por uma mulher, em língua portuguesa, era Teresa Margarida da Silva e Orta, filha do antigo provedor da Casa da Moeda de Lisboa, José Ramos da Silva, homem de origem simples que adquirira uma fortuna prodigiosa no Brasil e ascendera socialmente comprando um dos cargos mais cobiçados do reino. A mãe, D. Catarina de Orta, brasileira, nascida em São Paulo, descendia de Rafael de Oliveira, o Velho (15...-1648), o fundador de Jundiá.

O nome Dorothea Engrassia Tavareda Dalmira era o anagrama perfeito do nome da escritora. Brasileira, nascida em São Paulo, em 1711, casada desde os 16 anos com Pedro Jansen Moeller – à revelia paterna–, mãe de 12 filhos, Teresa Margarida fora educada no Convento das Trinas e destinada à vida religiosa. Casada, passara a conviver com figuras de destaque da sociedade portuguesa. Entre os amigos mais próximos do casal, destacava-se o compadre Alexandre de Gusmão, também brasileiro, secretário de D. João V, homem educado no estrangeiro.

Aos 42 anos, Teresa Margarida ficou viúva. Com filhos ainda para criar e dívidas para administrar, disputou a herança paterna, em tribunal, com o irmão, o escritor Matias Aires. Em 1770, foi presa por ter contrariado interesses do Marquês de Pombal. A liberdade só foi alcançada em 1777, com a subida de D. Maria I ao trono. Nesse ano, o romance foi reeditado com o título de *Aventuras de Diófanes* e, em 1790, três anos antes da morte da escritora, saiu nova edição do romance. Morreu, em Belas, arredores de Lisboa, aos 82 anos.

O romance teve 3 edições no século XVIII –1752, 1777, 1790–, uma edição mutilada em 1818, 2 edições brasileiras no século XX –as primeiras a estampar o nome da escritora na capa– e uma em 2002.

2 – *Lectiones in fabula*

Quando o romance foi publicado, a *Gazeta de Lisboa*, de 17 de agosto de 1752, numa pequena nota na última página, noticiava:

Saiu à luz o livro intitulado *Máximas de virtude e formosura*, obra discreta, erudita, política e moral, em que a sua Autora, se não estrangeira ao menos peregrina, no discurso e na elegância, imita ou excede ao Sapientíssimo Fénelon na sua viagem de Telêmaco, fazendo-se digna das mais atenciosas venerações. (no 28, p. 476)

O redator e proprietário desse jornal, José Freire de Monterroyo Mascarenhas, conhecido acadêmico, escritor e leitor ávido, estabelecia relação com *Les aventures de Télémaque*, obra que ainda não fora traduzida em Portugal. Os créditos atribuídos ao livro e à escritora resultavam da comparação com a obra de Fénelon, escrita entre 1694 e 1696, para o Duque de Borgonha, neto de Luís XIV e herdeiro do trono.

Leitor de Homero, Fénelon, preceptor do neto do rei, servira-se do hiato da narrativa grega, entre o canto IV e XV, para narrar as aventuras de Telêmaco, o filho de Ulisses, na sua viagem de busca pelo pai. Tratava-se de um (pre)texto para instruir divertindo, conforme declarou (cf. GORÉ, 1968, p. 28), e assim apresentar “o processo pedagógico no sentido estrito da palavra” (BAKHTIN, 1992, p. 239).

A nota da *Gazeta de Lisboa* remetia para o romance de formação –o *bildungsroman*– do tipo didático-pedagógico. É este modelo que Teresa Margarida vai seguir. O romance *Máximas de virtude e formosura com que Diófanes, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça* conta as desventuras sucedidas aos personagens após um naufrágio. Diófanes e Climenéia, reis de Tebas, e sua filha Hemirena seguiam para Delos, onde se realizaria o casamento desta com Arnesto, príncipe daquela cidade. Atacados e feitos prisioneiros pelos seus inimigos de Argos, são levados para terra, separados e vendidos como escravos. A partir desse momento, sucedem-se as desventuras do pai, mãe e filha. Maltratados como escravos, sofrem humilhações e perseguições, padecem enfermidades, suportando estoicamente as provas por que passam.

Nessa trama, destaca-se Hemirena, personagem principal. É no exílio que a personagem feminina mostra uma virtude inquebrantável, amor e dedicação filial, fidelidade ao noivo, sabedoria e modéstia, bondade e caridade, associados a coragem e determinação. Longe da pátria, a jovem desafia as convenções sociais que relegavam a mulher a um papel de passividade e, travestida de

homem¹, assumindo uma nova identidade e o nome de Belino, sai em busca dos pais, enfrentando os perigos da natureza e dos homens com coragem e sabedoria. A teia romanescas se desenvolve a partir da ação de Hemirena/Belino, finalizando a história com a volta de Diófanes e Climenéia a Tebas e o casamento de Hemirena e Arnesto. O final feliz resulta do caráter dos personagens, pois estes superaram as adversidades e as tentações por possuírem sólidas qualidades morais.

A autora, no prólogo, pedia desculpas ao leitor, avisando: “quando reparares em erros, que desfigurem esta obra, lembre-te que é de mulher, que nas tristes sombras da ignorância suspira por advertir a algumas” (ORTA, 1993, p. 56). Teresa Margarida firmava o pacto ficcional, apresentando-se para os seus leitores timidamente. Designava o romance como “pequeno livro” (ibidem), mas a obra revelava uma mulher culta, conhecedora da cultura grega, leitora de autores clássicos e de contemporâneos. Apresentamos a seguir algumas considerações acerca dos intertextos que percorrem o romance.

Começamos pelos nomes dos personagens. Climenéia, a rainha mãe, remete para Climene que pertence à primeira geração divina, filha do Oceano e de Tetis, mãe de Prometeu; noutra versão era casada com Prometeu e mãe de Helen, ancestral dos helenos. Mãe mitológica, Climenéia esconde-se sob a identidade de Delmetra para procurar o marido e a filha. Já Delmetra, ou melhor Démeter, é filha de Cronos e de Rea, portanto da segunda geração de deuses; mãe de Perséfone percorria a terra em busca da filha, mulher de Hades. No romance, os nomes Climeneia e Delmetra retomam aspectos relacionados com as deusas gregas, entre os quais destacamos o da primeira e segunda geração e o da busca.

Quanto a Hemirena, é homônima da heroína de *Adriano in Siria*,² libreto escrito por Metastásio para o compositor Antonio Caldara. A ópera estreada em Viena, em 1732, foi bastante popular no século XVIII, tendo sido levada à cena na Lisboa joanina. Teresa Margarida certamente terá assistido a essa ópera, ou lido o libreto, pois podemos encontrar algumas coincidências entre o enredo da ópera e o do romance. Em ambos os casos, Hemirena é uma princesa que,

1. Esse tema da “Donzela que foi à guerra” percorre a literatura e na história também teve suas representantes. Lembro Joana d’ Arc, a donzela de Orleans; as brasileiras, Maria Úrsula de Abreu Lencastre (séc. XVIII), que assentou praça com o nome de Baltasar do Couto Cardoso e serviu ao exército português durante 14 anos, tendo se casado com um oficial do exército; Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), que serviu no exército português sob o nome de José Cordeiro de Medeiros, seu cunhado (cf. SCHUMAHER, 2000). Na literatura brasileira, impossível esquecer Diadorim de *Grande sertão: veredas* (ROSA, 1986).

2. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, nos reservados, encontra-se uma obra manuscrita intitulada *Livro de Metastásio* que contém, entre outras, *Adriano em Syria*. COD 1389//4.

feita prisioneira e separada do amado, é exposta a situações adversas que põem à prova a personagem, sendo o final feliz resultado da firmeza de caráter.

Já o nome Belino, assumido por Hemirena na sua busca pelos pais, aponta para o tema da androgenia que presente no romance ibérico “Donzela que vai à guerra” transita da história para a ficção, assumindo faces diversas. Talvez o nome tenha sido inspirado no famoso *castrato* italiano Belino de quem Casanova se enamorou em 1745, mas este acabou descobrindo tratar-se de uma mulher chamada Teresa Lanti³. Também vale referir que a etimologia do nome remete para belo.

Já Diófanos tem o seu homônimo nas *Metamorfoses* de Apuleio, o célebre *Asno de ouro*. Nessa obra, Diófanos é o adivinho caldeu que, após sofrer um naufrágio, passará por diversas desventuras. Diófanos, rei de Tebas – personagem criado por Teresa Margarida –, seria duplo paródico do personagem de Apuleio, assumindo no romance, após ter sido feito prisioneiro, o nome de Antionor.

Um leitor de primeira mão do romance, o censor do Paço Inácio de Carvalho, na licença concedida para publicação do romance, considerava que a obra

É uma história ideada, e semelhantes histórias são uns poemas incompletos da espécie épica, pela falta do metro. Esta forma de compor é tão antiga, que nas nações da Ásia lhe assinam o seu princípio, dela passou aos Árabes, deles aos Espanhóis, e destes aos Franceses, e ultimamente todas as nações políticas, e polidas a estimaram, praticando-a, e com freqüente uso, com tantos séculos de duração e com múltiplas composições. (In: DALMIRA, 1752)

Fazendo a defesa do romance e historicizando de forma imprecisa o seu surgimento, julga este censor ser em Portugal “indesculpável descuido, e culpável nota (...) [não haver] tradução alguma destas histórias, ou alguma história semelhantemente escrita”. A lacuna existente na Letras portuguesas, segundo esse censor, é preenchida e superada pela autora, pois, como nos diz: “Não tem comparação esta história, os efeitos participam a natureza de suas causa, como havia de deixar de ser única esta história em tudo, sendo em tudo única a sua Autora?”

Inácio de Carvalho era um leitor qualificado, pertencia à Academia Real de História Portuguesa, fundada por D. João V, e conhecia não só os romances gregos de Tácio, escritor grego do século IV, autor de *Leucipo e Clitofonte*; de Heliodoro, romancista do século III, autor de *Teágenes e Clariqueia*, mas também as traduções livres destes romances e de outros da Antiguidade que circulavam pela Europa. Afirmava:

3. Este episódio irá inspirar a novela *Sarrasine* escrita por Balzac em 1830.

A primeira foi a história de Theagenes e Clariquea, foi a segunda a história de Leucipe e Clitofonte, escritas uma e outra no idioma grego, e traduzidas no latino com diferentes interpretações e várias notas. A terceira foi a história de Argenis e Policarpo. Em todos os idiomas se têm traduzido estas histórias e têm sido imitadas por homens tão eminentes, como os seus autores, mas com infelicidade sempre. (*ibidem*)

O censor reconhecia no texto de Teresa Margarida o diálogo que esta estabelecia com os romances gregos, manifestava o seu conhecimento das adaptações que circulavam pela pena de grandes escritores⁴. Valorizava as *Máximas de virtude e formosura*, pois constatava que, até então, essas histórias tinham sido imitadas “com infelicidade”. Rendia-se Inácio de Carvalho ao romance, gênero novo, que se alimenta de textos anteriores, cumprindo o papel de crítico ao reconstruir um percurso autobiográfico através de marcas deixadas no texto.

As *lectiones*/leituras seriam, a meu ver, um instrumento a serviço das *lectiones*/lições, pois a trama romanesca nas *Máximas de virtude e formosura*, tal como nas *Aventuras de Telêmaco*, é apenas pretexto para a defesa de princípios iluministas, entre os quais se destaca o de guia de comportamento para a educação das mulheres, elogio à vida natural e simples do campo preconizando a construção de uma sociedade onde os mestres deveriam ter “regalias, isenções e boa renda” e na qual não se “consentiria que houvessem escravos” (ORTA, 1945, p. 124 e 247), projeto utópico para o Portugal do século XVIII e dos séculos vindouros.

Para concluir

A mudança ocorrida no título que, a partir da edição de 1777, passou a *Aventuras de Diófnanes* também demonstra que a escritora estava em sintonia não só com a recepção crítica feita pela *Gazeta de Lisboa* mas também com o gosto dos leitores portugueses. A palavra *aventuras* remetia os leitores para um universo instigante que ultrapassava o título didático-pedagógico de *Máximas de virtude e formosura*⁵. Assim, as leituras da autora serviram para a construção do romance que, penso eu, pretendia aliar o ler para instruir ao ler para deleitar.

4. Calderon de la Barca (1600-1681) escreveu uma peça intitulada *Argenis e Poliarco*.

5. A tradução da obra de Fénelon, em Portugal, ocorreu com o título de *O Telêmaco*, em 1776.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. O romance de educação na história do realismo. In: _____ . *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 221-276.
- DALMIRA, Dorothea Engrassia Tavadeda. *Máximas de virtude e formosura... .* Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1752.
- ECO, Umberto. *Pós-escrito a O nome da rosa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GAZETA de Lisboa*. Nº 28, quinta feira 17 de agosto de 1752.
- GORÉ, Jeanne-Lydie. *L'itinéraire de Fénelon: humanisme et spiritualité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- KURY, Adriano da Gama. *Dicionário de mitologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. (tomo IV). Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759.
- ORTA, Teresa Margarida da Silva e. *Obra reunida*. Org. de Ceila Montez. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.
- SHUMAHAR, Shuma. BRAZIL, Érico Vital (Org). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. 3 ed. Porto: Edições Maránus, 1945.



O DISCURSO (LINGÜÍSTICO-)IDENTITÁRIO E A LUSOFONIA EM "EL CORREO DE GALICIA" (1968-1975)⁽¹⁾

Roberto López-Iglésias Samartim

Universidade da Corunha (Grupo Galabra - USC)

Resumo: Esta comunicação visa analisar o tratamento da questom (lingüístico-) identitária e a relação com a Lusofonia nos discursos veiculados através da publicação bonaerense *El Correo de Galicia* (o periódico mais importante do principal enclave galego no exterior) assi como estudar as relações que, neste sentido, os grupos, agentes e instituições actuautes neste espaço mantem com os seus homólogos situados na metrópole entre 1968 e 1975.

No início do período analisado, a relativa debilidade do regime franquista e a mudança na direção do Centro Galego de Buenos Aires no sentido dum maior progressismo e galeguismo levantam, em geral, fortes expectativas nos agentes do enclave bonaerense (onde a realidade democrática argentina possibilita modos de actuação interditos no interior da Galiza), contribuindo para o afiançamento dumha rede de contactos, transferências e relações entre os vários grupos defensores da identidade diferenciada da Galiza no aquém e no além mar.

Num espaço caracterizado no aspecto lingüístico polo uso preferente do castelhanao, e no aspecto político pola fidelidade ao ideário defendido polo galeguismo de pré-guerra, será sobretudo este último elemento o que determinará tanto os discursos identitários veiculados através do principal meio de comunicação da comunidade emigrada e exilada, como os modos de relacionamento com os grupos actuautes no interior da Galiza e a referencialidade que essa comunidade atribui ao mundo lusófono

Palavras-chave: Identidade. Galeguismo. Lusofonia. Imprensa. Língua e Cultura Galegas. Enclaves.

O objectivo desta comunicação é chegar as principais conclusões tiradas depois de analisar o tratamento da questom (lingüístico-) identitária e a relação com a Lusofonia no periódico bonaerense *El Correo de Galicia* durante o tardofranquismo (1968-1975).

1. A presente comunicação está enquadrada no projecto “Portugal e o mundo lusófono na literatura galega (1968-2000) [POLULIGA]” desenvolvido por umha parte do grupo de investigação Galabra da USC e parcialmente subsidiado pola Junta da Galiza entre 2001 e 2004 (PGIDT01PXI20414PR).

Escolhemos *El Correo de Galicia* porque, tendo como público alvo os mais de 600.000 lares galegos do Rio de la Plata, esta é a publicação periódica de informação geral mais importante do mais numeroso e activo enclave galego no exterior², desde que retomada a sua edição em Outubro de 1965³. De periodicidade irregular (começa sendo quinzenal para ser editada como mensário no fim do período analisado) esta publicação bilíngüe galego-castelhana presta especial atenção à informação sócio-cultural gerada pela colectividade emigrada e exilada e pelas várias associações e instituições da diáspora galega na Argentina (especialmente pela principal, o Centro Gallego de Buenos Aires), mas também acompanha as actividades culturais dos núcleos galegos sediados no Uruguai e nos outros enclaves da América e mesmo da Europa.

Assi mesmo, *El Correo de Galicia*, que chega também a vários agentes do galeguismo do interior, fará o seguimento dos principais assuntos da actualidade político-cultural da Galiza e, localizado ideologicamente neste período no antifranquismo e no galeguismo⁴, dará cobertura informativa às acções opositoras clandestinas dos vários agentes e grupos políticos da esquerda actuantes na metrópole e ao trabalho de base das numerosas associações culturais de âmbito local a eles ligadas. Da mesma maneira, esta publicação também divulgará e apoiará as várias actividades devidas ao galeguismo exclusivamente cultural do interior, nomeadamente a celebração do “Dia das Letras Galegas” instituído em 1963 pela Real Academia Gallega [RAG], entidade cultural à qual esta publicação reconhece umha alta importância institucional (a isto nom é alheio o facto de ser a única do galeguismo com carácter oficial) e liderada neste período polos agentes que giram em volta do grupo Galaxia (nome da editora criada em 1950 por destacados galeguistas vindos do pré-guerra civil de 1936-1939 e grupo mais central e institucionalizado do Proto-Sistema Cultural Galego [PSCG] da altura⁵).

Em coerência com essa linha editorial democrática e galeguista, *El Correo de Galicia* vai-se posicionar segundo estes parâmetros nos assuntos de política

2. A partir da definição de enclave de Naftoli Bassel (1991), “Elias Torres Feijó ([...] [2004: 429 e ss.]) e o grupo Galabra, por el coordinado, aplican a noción de *enclave* para estudar o conxunto de actividades literarias desenvolvidas nun espacio social que se vincula a outro que actúa como metrópole, asumindo sempre a pertenza de ambos a un único sistema literario” (Equipo Glifo, 1998: 71-72; itálico no original).

3. Para a descrição e a história de *El Correo de Galicia* veja-se Peña Saavedra (1998: 132-135).

4. Entendemos por Galeguismo o “movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricação de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicação” (Samartim, 2005: 10).

5. Para este conceito de proto-sistema cultural, caracterizado pelas “práticas tendentes à configuração dum novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado” [no caso galego, o espanhol], veja-se Torres Feijó (2004: 429 e ss.).

interna da colectividade galega na diáspora, nomeadamente nas várias eleiçõs para a Junta Directiva do Centro Gallego de Buenos Aires, onde apoiarã expressamente a coaligaçõ das agrupaçõs Galicia, Breogán, Unión Gallega e A Terra, frente à Agrupación Celta, acusada de conivência com o franquismo. Nas páginas de *El Correo de Galicia* encontraremos também a denúncia tanto da repressõ política exercida polo regime franquista como do atraso educativo-cultural e sócio-económico da Galiza; neste sentido, destaca especialmente a consideraçõ da natureza colonial da relaçõ Galiza-Estado Espanhol. Esta ideia sustenta-se sobre a base do trato historicamente discriminatório dos sucessivos governos centralistas, causantes da fugida do aforro gerado polo operariado galego, da carência de infraestruturas e da falta de industrializaçõ e de aproveitamento da riqueza humana e natural da Galiza, origem em última instância da emigraçõ.

Juntamente com estas reivindicaçõs, esta publicaçõ defenderã explicitamente o carácter plurinacional do Estado Espanhol, o direito de auto-determinaçõ e a federaçõ de todos os povos ibéricos (incluindo sempre Portugal, e acentuando assi o carácter decididamente iberista do galeguismo bonaerense)⁶; acompanha-se desta maneira o ideário político desenhado polo galeguismo republicano do pré-guerra e recolhido polo líder político indiscutido e máxima figura do nacionalismo galego, Afonso Daniel Rodríguez Castelao, no livro *Sempre en Galiza*, publicado por primeira vez no exílio de Buenos Aires em 1944.

Além disto, devemos indicar que *El Correo de Galicia* nom reconece legitimidade às instituiçõs saídas do regime franquista e continua fiel à legalidade da II República Espanhola derrotada na guerra civil, motivo polo qual farã neste período um especial seguimento das tomadas de posiçõ política das instituiçõs criadas polo galeguismo republicano (nomeadamente do Consello de Galiza, órgao do governo autónomo no exílio criado em 1944), apoiará as suas celebraçõs políticas mais emblemáticas (aniversário do plebiscito do Estatuto de Autonomia de 1936 em 28 de Junho, lembrança em 17 de Agosto das pessoas assassinadas no levantamento militar franquista [Dia de Galiza Mártir], festividade do 25 de Julho como Dia Nacional de Galiza, etc.) e contribuirã também para as homenagens às suas principais figuras: desde a celebraçõ do 80º aniversário de Ramón Otero Pedrayo em 1968 (agente que acumula o maior capital simbólico de todos os que, no interior, dirigem o grupo

6. "Non son pois os galegos refugadores a ultranza dunha nacionalidade que nós [sic] é común a todos os habitantes de Iberia, Portugal incluído. Sómolo, si, dos rexímenes que instaurados [a]o degaro da vontade ommimoda [sic] de gobernantes que[,] pechos [a]os nosos reclamos, apricannos métodos e sistemas que conducen a Galicia a duras e inxustas continxencias.

Unha cousa é a Nación como tal, e outra moi distinta o Estado. *A Nación é a terra, a língoa, [a] cultura e o home.* O Estado son as leises, os gobernantes, a burocracia e todo [o] artellamento montado pra administrala" (Editorial: "O Noso Nacionalismo", *El Correo de Galicia* [CdG], nº 89 15-07-1969, pág. 3; itálicos meus).

Galaxia), até a comemoração dos 25 anos da morte no exílio de Daniel Rodríguez Castelao, em 1975.

Ainda no referido ao discurso de *El Correo de Galicia* sobre o campo político, salientam as colaborações periódicas, a maneira de editorial, de Gerardo Álvarez Gallego, figura viva mais destacada do Partido Galeguista criado na cidade de Ponte Vedra em Dezembro de 1931, acolhido em Miami depois da Guerra Civil e reconhecido pela comunidade exilada na diáspora como o guardador da memória do período republicano e como o guieiro político do velho galeguismo.

Ao lado desta voz do galeguismo político da década de trinta, destacados membros do grupo Galaxia (que funciona na publicação como o referente principal no campo literário da Galiza) colaboraram neste período tanto em *El Correo de Galicia* como nos vários actos culturais da colectividade galega no Mar del Plata (por exemplo nas “Jornadas Patrióticas” organizadas cada 25 de Julho polo Centro Gallego de Buenos Aires). Este labor de assistência cultural também vai ser desempenhado por membros dos jovens partidos de esquerdas criados na primeira metade da década de sessenta, como Xosé Luis Méndez Ferrín (professor de literatura espanhola num liceu viguês e escritor ligado ao nacionalismo comunista de orientação marxista da Unión do Pobo Galego [UPG]), que actua como mantedor dos “Xogos Froræes do Idioma Galego” organizados pola colectividade bonaerense em 1968.

Ainda no campo cultural, em *El Correo de Galicia* documentamos o apoio logístico e económico prestado pola diáspora bonaerense aos mais ambiciosos projectos do galeguismo institucionalizado do interior (restauro da Casa de Rosalia em Padrom e da sede da RAG na corunhesa rua Tabernas, por exemplo), assi como a outros projectos promovidos polos agentes da esquerda clandestina, quer os ligados a grupos nacionalistas (como à UPG antes citada, ou ao Partido Socialista Galego [PSG], cujo núcleo dirigente mantém fortes relações pessoais com Galaxia), quer a grupos com ligações políticas no âmbito do Estado Espanhol (sobretudo o Partido Comunista Galego [PCG], secção galega do Partido Comunista Español criada em 1968 e liderado nos assuntos linguístico-culturais polo também professor de literatura espanhola no ensino secundário e escritor Xesús Alonso Montero); projectos culturais estes últimos de carácter mais modesto de os compararmos com os promovidos por Galaxia, mas de difícil implementação por causa da situação política da Galiza (referimo-nos nomeadamente à edição de livros, alguns deles proibidos pola censura franquista).

Assi mesmo, ao lado de repertórios de tendência subsistémica como os exemplificados no enclave por V. L. Molinari⁷, terão franco acolhimento nas

7. Referimo-nos a “práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e

páginas desta publicação os repertórios social-realistas promovidos por esses grupos de esquerda tanto para o campo literário como para dous dos campos de nova criação no PSCG do tardofranquismo, o musical e o cinematográfico, campos estes que focam um público mais alargado que o literário e considerados portanto mais úteis para a didáctica sócio-política pretendida por estes grupos de esquerda⁸.

Por mais que nas páginas de *El Correo de Galicia* conviva um alargado leque de colaboradores, repertórios e orientações do galeguismo (do interior e dos enclaves), documentamos no período em foco um progressivo aumento da presença das teses político-culturais e dos repertórios social-realistas sustentados polos jovens grupos de esquerda, coincidentes na estratégia de acção por meio da actividade política com a prática do galeguismo do pré-guerra, referente este que conforma o ideário e condiciona em maior ou menor grau as tomadas de posição dos vários grupos actuantes no enclave de Buenos Aires.

No que à questom identitária di respeito, a língua da Galiza constituirá o elemento identificador diferencial fundamental da colectividade galega nos discursos veiculados através de *El Correo de Galicia*. Este carácter de principal material identitário atribuído ao galego é sustentado nesta publicação periódica apesar da sua prática bilingüe galego-castelhana e a despeito ainda de que a língua galega tenha muita menos ocorrência que o castelhano e seja utilizada de preferência para tratar assuntos lingüístico-culturais, para colaborações e para a reprodução de textos literários. Segundo se desprende da análise do nosso corpus, podemos afirmar que a defesa do galego como língua própria da Galiza e principal elemento etno-identitário diferencial assenta, de maneira geral e ao igual que para os principais grupos actuantes na metrópole, no seu carácter *popular* (é a língua do povo, das camadas populares oprimidas) e *maioritário* (é a língua de 80% da população da Galiza).

Porém, nos materiais deste periódico consultados, sobretudo naqueles devidos à editorial e aos agentes mais à esquerda do galeguismo rio-platense, a defesa do idioma está também claramente ligada ao desenvolvimento sócio-cul-

esquemática, se pode fazer equivaler a 'literaturas regionais' tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)" (Torres Feijó, 2004: 429).

8. Ao lado de algunha referência ao movimento cine-clubista e a festivais de cinema como o de Ourense, as páginas de *El Correo de Galicia* prestam especial atençom ao processo de formaçom do campo musical galego, quer à escassa indústria discográfica (p. ex., s.a.: "Discos Gallegos", *CdG* nº54, 15-01-1968, pág. 8), às relaçoms com o celtismo (p. ex., s.a.: "Bases do IV Festival del Miño. Canción del Mundo Celta", *CdG* nº 58, 15-04-1969, pág. 2) e com a cançom portuguesa (p. ex., s.a.: "La canción portuguesa comprometida: Una salida utópica a la desesperación", *CdG* nº 176, 13-03-1974, pág. 12), quer, sobretudo, ao fenómeno da "Nova Canción Galega", onde destacam figuras como Xavier e Vicente Álvarez, Benedito, Miro Casabella ou Xerardo Moscoso (p. ex., Redacción (Santiago): "Grandeiro éisito do Festival da Canción Galega", *CdG* nº 75, 15-12-1968, pág. 12). Para as estratégias culturais dos grupos políticos da esquerda no tardofranquismo vejam-se Samartim (2004) e Rodríguez Prado (2004).

tural e económico da Galiza (também do agrário e industrial) e constitui um elemento mais da tábua reivindicativa (igual de central que a defesa da democracia, da autonomia ou do federalismo ibérico). Desta maneira, assi como a discriminação político-económica da Galiza é a ideia central que move a acção política dos grupos mais activos do enclave para acabar com o atraso sócio-económico, a discriminação lingüística (nomeadamente a ausência do galego no ensino) é entendida aqui como a principal causa do complexo de inferioridade do povo galego (o auto-ódio) e umha das principais do atraso da Galiza (especificamente nos âmbitos educativo e cultural).

De acordo com isto, a defesa do uso do galego é feita nesta publicação em função deste ser um instrumento de liberdade social (igual que os social-realistas ligados à esquerda do interior, sobretudo da nacionalista). Por isso, juntamente com a atenção ao processo de incorporação do galego à liturgia da Igreja Católica (contemplada nos acordos do Concílio Vaticano II) e à elaboração de materiais para este fim, juntamente com a demanda da recuperação da toponímia galega deturpada pola interferência do castelhano (e de passagem tentar reforçar o papel da RAG, propondo atribuir-lhe a autoridade para este labor), nas páginas desta publicação alcança umha posição de destaque a denúncia das perseguições e do trato discriminatório do uso público do galego e a reivindicação da inclusom da língua da Galiza no sistema de ensino.

Contodo, quando a nova “Ley General de Educación” de 1970 permite o ensino opcional do galego na etapa primária, esta lei (emanada dum regime ao qual nom é reconhecida legitimidade) é considerada insuficiente para acabar com o já referido atraso cultural da Galiza. Seja como for, esta publicação vai acolher mui positivamente o que os seus principais colaboradores entendem como um novo Renascimento Cultural e da consciência diferenciada da Galiza, fazendo-se eco do “optimismo lingüístico” defendido especialmente polo galeguismo do interior chefiado por Galaxia (para este optimismo também contribuem os vários cursos optativos de idioma galego realizados em numerosos liceus da Galiza, ou organizados por várias associações culturais ligadas com os grupos clandestinos de esquerdas).

De qualquer maneira, a ambigüidade das marcas delimitadoras próprias do PSCG (tanto na metrópole como no enclave bonaerense), fai que ao lado da consideração da língua galega como elemento etno-identitário fundamental e de discursos que defendem o carácter de “norma sistémica” para o uso do galego (também em castelhano)⁹, *El Correo de Galicia* pratique um uso bilingüe

9. Sobre o conceito de norma sistémica, elemento “que permite balizar cada um desses sistemas, ou, segundo os casos, programas e elaborações proto-sistémicas”, veja-se Torres Feijó (2004: 429-430). Sobre a instabilidade e ambigüidade na consideração da língua galega como norma sistémica no campo literário, confronte-se o dito por Alberto Míguez na recensão à “Escolma posible” de Castelao feita por Mariano Dónega e publicada por Galaxia em 1964 (*CdG* n° 57, 29-02-1968, pág.

galego-castelhana (e mesmo, tal como indicámos, dê preferência a este último idioma). A realidade lingüística do país de acolhida, monolíngüe em castelhana, deve condicionar sem dúbida esta escolha mas, além disto, estes usos bilingües encontram apoio também na ideia defendida no interior da Galiza por grupos de esquerda com vinculações estatais (PCG) e por alguns galeguistas do enclave bonaerense, que entendem o bilingüismo como um elemento positivo, quer em funçom de critérios pedagógicos quando referido à sua inclusom no novidoso campo do ensino (onde a situaçom de partida é o monolíngüismo em castelhana e onde a defesa dumha formaçom bilíngüe é feita em funçom do maior grau de competência intercomunitária que esta pode proporcionar à cidadania), quer em funçom do iberismo tam caro ao galeguismo de pré-guerra, defensor da Galiza como elo de uniom com Portugal e chave da unidade ibérica.

Com um discurso identitário assente na tradiçom do galeguismo político anterior à Guerra Civil, *El Correo de Galicia* recolhe também a ideia fundacional deste movimento consistente na irmandade e na unidade lingüístico-cultural galego-luso-brasileira. Assi, juntamente com a ideia central do galego como língua popular e maioritária, reivindica-se para a língua da Galiza desde as páginas desta publicaçom a sua tradiçom medieval (a língua dos cancioneros e dos trovadores) e a projecçom internacional proporcionada pola alegada pertença a um mesmo sistema lingüístico que o português e o brasileiro (nom raro introduzida como elemento de utilidade em confrontaçom com o castelhana)¹⁰.

Ao lado desta assunçom da unidade lingüística galego-luso-afro-brasileira como exemplo do carácter ecuménico da cultura galega, encontramos mais frequentemente tomadas de posiçom que reclamam a unidade de açom política

7) "Me resulta, en pri[m]er lugar, muy difícil saber lo que se entiende por libro gallego. ¿Escrito EN gallego? ¿Escrito por un gallego? ¿Escrito sobre un tema gallego? Es un tema espinoso. A primera vista cualquiera de los tres factores puede otorgar galleguidad a una publicación. Incluso el hecho material de ha[b]er sido impreso y editado en Galicia", com o seguinte texto sem assinar, e portanto responsabilidade da publicaçom: "Para los que *sostenemos que no puede consideraras[e] el libro gallego aquel impreso en otro idioma que no sea el nuestro*, este libro puede considerarse dentro del conjunto de volúmenes editados en castellano y que contemplan aspectos directamente ligados a nuestra nación" ("Presentase en la tierra el libro 'La antigua Galicia' [Buenos Aires, Nós, 1974]", *CdG* n° 179, 10-06-1974, pág. 1; itálicos meus).

10. Sobretudo para os agentes nacionalistas do enclave que giram em volta da Irmandade Galega integrada na agrupaçom A Terra: "[a língua castelhana,] si ben é falada por douscentos millóns de humáns, non ten con élo sobor da nosa ningunha ventaxa pois o galego ten tamén un número similar de falantes dende Estaca de Vares hasta o sul de Portugal, ós que se engade o colar das illas Azores, Madeira, e Cabo Verde, engadíndolle no continente american o Brasil, no african a Guínea Portuguesa, Angola e Mozambique e sumándolle, no asiático, Timor, Goa e Macao" (Daniel Nogueira: "Defender o idioma é a prioridade número un", *CdG* n° 153, 15-05-1972, pág. 3); além disto, "Galiza ten, ademáis do dereito, a outa responsabilidade histórica de se integrar culturalmente no esteso mundo português-brasileiro, xa que ela foi matriz xermoladora do verbo e a cultura que hoxe campá esplendente e vizoso [sic] nesas terras irmáns" (Mouses da Presa: "Reflexións Encol do Idioma Galego-Português", *CdG* n° 166, 15-05-1973, pág. 6).

entre galegos e portugueses, apelando nom só à origem comum mas principalmente à identidade de regimes ditatoriais; após a Revoluçom dos Cravos de 1974 e a chegada da democracia a Portugal este apelo de irmandade galego-portuguesa tem também muito de desejo de emulaçom.

No que di respeito a modelos e usos lingüísticos, nas páginas de *El Correo de Galicia* é claramente periférica qualquer preocupação normativa; a editorialização e os colaboradores do enclave utilizarám, por seu lado, um modelo lingüístico caracterizado pola continuidade com os usos herdados do período de pré-guerra. Som praticamente inexistentes as referências às várias propostas de codificação que os grupos mais institucionalizados na metrópole tentam impor ao conjunto do PSCG nesta altura, e à relação do produto resultante dessa codificação com os modelos luso e brasileiro: apenas a breve notícia da publicação das *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* pola RAG em 1971 e nom encontramos nengumha referência à integraçom galego-portuguesa proposta em 1973 polo galeguista português Rodrigues Lapa no artigo “A recuperaçom literária do galego” (*Colóquio/ Letras* 13, Julho, 1973: 5-14 e *Grial* 41, Julho-Setembro, 1973: 278-287). Encontramos, si, juntamente com algumas referências à má qualidade do galego falado por causa das interferências do castelhano e do esquecimento de traços comuns galego-portugueses, várias notícias referidas à criaçom do Instituto de la Lengua Gallega (ILG), instituiçom universitária à qual é atribuído nesta publicação o papel central na fixaçom do idioma, e nom apenas no campo do ensino, em prejuízo da Academia (vid. Samartim, 2005)¹¹.

Ao igual que nos discursos da esquerda clandestina na Galiza, nas páginas desta publicação a estratégia política condiciona a focagem da questom lingüístico-identitária; o centro do debate é ocupado aqui pola superaçom do marco político e as suas repercussions na língua e na cultura, e nom pola questom codicológica, que ocupa umha posiçom mais periférica que no conjunto dos discursos galeguistas na metrópole e mais secundarizado ainda que no discurso dos grupos da esquerda antifranquista (Samartim, 2004). Este é um dos principais elementos diferenciais dos discursos presentes em *El Correo de Galicia* com respeito aos do PSCG no interior. No enclave, o seguimento da própria tradiçom e do ideário do galeguismo republicano anterior à guerra civil de 1936-1939 contribui para umha maior fidelidade ao discurso político-ideológi-

11. “Con el ‘Instituto de la Lengua Gallega’ ha nacido, por fin, el organismo competente, capaz de fijar definitivamente nuestro idioma literario, de acabar con la anarquía ortográfica que aún venimos padeciendo y de darle al gallego todo el prestigio de idioma culto, que tiene bien merecido” (Xosé Morente: “La Universidad Gallega más cerca de su pueblo”, *CdG* n° 137, 15-07-1971, pág. 4); e ainda: “La función del mismo [do ILG] tenderá a obtener la unificación idiomática y editar los textos idóneos para la enseñanza del gallego en los diversos niveles de la educación” (s.a.: “Fundose en Santiago el Instituto de la Lengua Gallega”, *CdG* n° 140, 30-08-1971, pág. 10).

co do galeguismo de pré-guerra, ao discurso lingüístico-identitário e mesmo a similares usos lingüísticos que nos anos trinta.

Esta fidelidade aos postulados do galeguismo de pré-guerra (juntamente com a avançada idade da maioria dos seus agentes, a distância geográfica com respeito à Galiza e o estabelecimento definitivo nos países de acolhida que caracteriza em geral a emigração galega à América), pode explicar que os grupos do enclave bonaerense, cujos capitais económico e simbólico contribuírom de maneira fundamental ao mantimento do PSCG durante o franquismo, nom tivessem desempenhado como tais praticamente nengum papel na passagem do regime franquista para o regime autonómico, processo político que assenta na transiçom à democracia parlamentar e nom na ruptura com a ditadura e a restauraçom da legalidade republicana e que está caracterizado na Galiza pola oposiçom do nacionalismo de esquerda, a debilidade organizativa do galeguismo político e a chefia de partidos de âmbito estatal; isto quiçá explique que, ao contrário do acontecido em Euscádi e Catalunha, a instauraçom da autonomia na Galiza nom implicasse a recuperaçom, nem simbólica, das instituiçoms autonómicas nascidas da II República Espanhola, nomeadamente do Consello de Galiza criado por Castela no exílio americano do Mar del Plata.

BIBLIOGRAFIA

- BASSEL, Naftoli (1991): "National Literature and Interliterary System", *Poetics Today*, 12, 4, pp. 773-779.
- EQUIPO GLIFO (1998): *Diccionario de termos literarios*. [Santiago de Compostela], Xunta de Galicia, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades, vol. II (e-h), pp. 71-72 (acessível em <http://www.cirp.es/res/dtl/index.html>), última consulta 04/11/06).
- PEÑA SAAVEDRA, Vicente (dir.) (1998): *Repertorio da prensa galega da emigración*. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Arquivo da Emigración Galega.
- RODRÍGUEZ PRADO, Maria Felisa (2004): "Inovaçoms repertoriais no campo cultural galeguista na década de 70 e as transferências do mundo luso-afro-brasileiro", em *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (acessível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel53/Felisa_Rodriguez_Prado.pdf); última consulta 04/11/2006)
- SAMARTIM, Roberto López-Iglésias (2004): "Presença e referência portuguesas nas estratégias sócio-culturais dos grupos políticos na Galiza tardofranquista", em *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (acessível

em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Roberto_Samartim.pdf; última consulta 04/11/2006).

SAMARTIM, Roberto López-Iglésias (2005): “Ideia de língua e vento português na Galiza do tardo franquismo: O caso de *Galaxia*”, *Agália* 83/84, pp. 9-50 (acessível em www.agal-gz.org, última consulta 04/11/2006).

TORRES FEIJÓ, Elias J. (2004): “Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais”, em Anxo Abuín e Anxo Tarrío (coords.): *Bases Metodolóxicas para unha Historia Comparada das Literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela, USC, pp. 423-444.

"O QUE ESCREVER QUER CALAR"?

Terezinha de Jesus Bellote Chaman

Universidade Estadual Paulista

Resumo: Este artigo pretende discutir a leitura como produção de sentido; propõe o encontro do leitor com o texto, fundindo os horizontes de expectativa, atualizando o texto. Tal discussão visa a alertar o leitor: para novas pesquisas de leitura, de comunicação midiática, neste caso, mídia impressa; para o processo de intertextualidade temático-textual, presente na matéria jornalística crítica

Palavras-chave: mídia impressa, intertextualidade, leitura, sentido, tessitura.

I - Introdução:

A linguagem é o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta contra a existência; um fio profundamente tecido na trama do pensamento; o tesouro da memória e a consciência vigilante, transmitida de geração a geração. Ela é forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes. A linguagem permite à inteligência: comunicação, informação, memória cultural, transmissão, inovação, ruptura. Sendo assim, ela cria, interpreta e decifra significações, de forma mítica ou lógica, mágica ou racional, simbólica ou conceitual. Mas, saber comunicar-se numa língua exige muito mais que simplesmente domínio das palavras e da gramática. Saber comunicar-se numa língua exige pertinência e colaboração. Duas pessoas não dominam exatamente o mesmo repertório de recursos lingüísticos, nem que sejam falantes notáveis e compartilhem o mesmo nível de formação sociocultural.

As diversas crises dos anos 60, que deram lugar a formas do novo jornalismo são um bom exemplo de como a ruptura de fronteiras fecundou a criatividade informativa no campo do jornalismo, especialmente em gêneros como o artigo de opinião, impulsionando a adoção de uma nova retórica, em que cada palavra significa uma sentença, de morte ou de vida. Enfim, o que “escrever quer calar”? No dizer de Juremir M. da Silva: “Escrever implica resgate da ambigüidade de toda língua natural. Algo que só se mostra inteiramente pela expressividade radical da palavra compreendida como uma arma” (2002, p. 51).

Na leitura da matéria *Por via das dúvidas, preparemo-nos*, de Mauro Chaves, procuramos refletir muito bem o que diz o filósofo Jacques Derrida, que nos lembra a palavra escrever, num sentido mitológico, com a acepção de remédio... ou veneno. E por dedução, a questão central é saber se escrever é conveniente ou inconveniente? Cura ou mata? Liberta ou engana? Forma ou deforma? É expressivo ou inexpressivo? *Por via das dúvidas, preparemo-nos* é o aviso que o jornalista nos dá à entrada do texto. Todo jornalista experiente sabe que escrever é omitir por escolha e que o domínio profundo do texto, e somente ele, permite o exercício dos implícitos. A leitura naïve? Jamais atinge os segredos do texto. Vincent Jouve, em *A leitura*, abre-nos os olhos para a leitura crítica, ela e somente ela permite o exercício da comunicação pelas entrelinhas. Ela, somente ela, leva-nos à decifração do texto. Embasados na **Estética da Recepção** e em autores como Iser, Jauss, Jouve, buscamos mergulhar na profundidade das palavras, no entrelaçamento das redes de sentido que afloram no diálogo com o texto. Através dele, os vazios são preenchidos, a partir das relações feitas. E concretizam-se as palavras de W. Iser, em sua obra *O ato da leitura*: “à medida em que lê, o leitor vai aumentando seu horizonte de expectativa” (1996, p. 79). Instaurado o diálogo com o texto, instaurado é também um processo metalingüístico do acautelar-se... por via das dúvidas, para não se deixar enganar pelas redes dos tantos textos que teceram o TEXTO, para não se deixar fisgar pelas teias de tal tessitura e ser por elas... devorado. E fomos redescobrimo, nas malhas do tecido do texto, que ler é expandir o texto, sem descaracterizá-lo. Ler é produzir sentido, é criar sentido, é ampliar sentido. Ler é apreender e o sucesso dessa apreensão é a formulação de algo em nós, é a constituição do sentido, como diz Iser:

A constituição de sentido que acontece na leitura, não só significa que criamos o horizonte de sentido, tal como implicado pelos aspectos do texto; ademais, a formulação do não-formulado abarca a possibilidade de nos formularmos e de descobrir o que até esse momento parecia subtrair-se à nossa consciência (1996, p. 79).

E aí está a grandeza de se ler um texto criticamente. E aí está o alerta ao leitor da mídia impressa, objeto da presente discussão, nesta pesquisa.

II - Desenvolvimento:

Passemos ao jogo lingüístico de: *Por via das dúvidas, preparemo-nos*, matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, pA2 Edição Brasil, Caderno Editoria de Opinião, aos 21/08/04, assinada por Mauro Chaves. Para atingir a pluralidade do texto, temos de fazer uma travessia, cortá-lo transversalmente, alcançar as redes de sentido, dominar o processo de análise e de síntese, enfim,

desconstruí-lo. Afinal, quem escreve monta. Quem lê desmonta. À luz de Derrida:

Um texto só é um texto se ele oculta, ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo. A dissimulação da textura pode, em todo caso, levar séculos para desfazer seu pano (1991, p. 7).

O texto se cala diante de seu próprio criador. Mas... perguntamos nós, leitores críticos, atentos, ativos, não meros receptores da palavra impressa: **o que escrever quer calar?** Quantas implicações podemos e devemos fazer ante tal matéria? Que tipo de alerta há no título? Preparemo-nos: para quê? Quantos textos há no TEXTO? Que diálogo podemos abrir entre tais textos? Que tipo de repertório o leitor tem de ter? Por que o *itálico*? Um leitor adolescente faria o diálogo? Um leitor desavisado notaria o *itálico*? Por que há frases suspensas? Qual o contexto do texto? Por que os Lusíadas estão aí? E os rolinhos de lula ao molho de cana? Estaria Mauro Chaves brincando com o texto? Ou há um significado histórico, político, social muito grande, debaixo do véu que encobre a aparente confusão de gêneros? Se o leitor não conhecer o mecanismo do texto, pode jogar com ele? Qual o vetor, a linha que encaminha a leitura do texto? **Por via das dúvidas, preparemo-nos...** exorta-nos Mauro Chaves.

Ou seja, por causa das incertezas, das suspeitas... premeditemos, predisponhamo-nos, armemo-nos... Então, comecemos pela concepção de texto, atualmente adotada pela Linguística Textual: todo texto é plurilinear na sua construção e sob o ponto de vista da recepção, todo texto é um hipertexto. No presente caso, matéria jornalística, há informações de *background* a serem observadas, como indicativos de uma boa leitura.

A matéria em estudo apresenta três dimensões, que se superpõem e se imbricam, num "fazer" intencional de três tipos textuais:

- a – narrativo– argumentativo;
- b – narrativo–épico;
- c – injuntivo ou diretivo.

Por via das dúvidas, penetremos, no "fazer" narrativo–argumentativo, atualizado através da organização ideológica dos artifícios que pretendem convencer, com marcas de superfície, extremamente visíveis. Apeguemo-nos ao sistema temporal do verbo, que permite indicar, segundo Weinrich, além da atitude comunicativa, a perspectiva e o relevo. Harald Weinrich, lingüista alemão, toma os tempos verbais como base para a distinção entre dois tipos de atitude comunicativa: "o mundo comentado" (ou comentário) e o "mundo narrado" (ou relato). No texto em estudo, encontram-se quinze verbos no

mundo narrado e vinte e quatro verbos no mundo comentado. No mundo comentado, o autor do texto compromete-se com o que enuncia; no mundo narrado, sua atitude é de distância de seu discurso, ele apenas relata fatos, sem intervenção direta, revelando o não-comprometimento do jornalista sobre o fato noticiado; quem o afirma é uma outra voz introduzida no discurso (polifonia), uma fonte autorizada: “[...] questão poderia ser até objeto de mera lucubração acadêmica, se os fatos de nossa política contemporânea não levassem a constatar [...]”

Preparemo-nos, exorta-nos Mauro Chaves. Aludindo ao duplo sentido do preparemo-nos, desvendemos o valor ambíguo da palavra, sob cuja pele há cifras e códigos. Liberemos o sentido último do texto, que nos cabe como leitores críticos e não desavisados. Penetremos no “fazer” injuntivo (diretivo) aqui presente, através das receitas para preparação de pratos com indicativos tais como: molho de cana, pepino, rolinhos, lula, tequila, aguardente, cachaça, trutas, canjebrina, embrulhadas, banho-maria... Sabemos ser o signo lingüístico múltiplo e não unívoco. Salada de pepino à tequila. Rolinhos de lula ao molho de cana. Trutas à canjebrina embrulhadas. Então, o que escrever quer calar?

A leitura é um rio sem discurso, se eu não juntar as partes. Por via das dúvidas... preparemo-nos. Recordemos Camões, in *Os Lusíadas*, Cantos II, 111; VIII, 63; VI, 57; X, 54, deslizando sutilmente no “fazer” narrativo-épico do texto, que ora se desconstrói. No canto II, Baco prepara suas armadilhas. No VIII, o deus do vinho trama contra os portugueses, instigando os chefes locais contra eles. No canto VI, Baco se reúne com Netuno, o deus do mar, para tramar contra os portugueses (2º concílio dos deuses). Netuno faz desencadear-se os ventos contra os navegantes, mas eles são contidos pelos encantos de Vênus e das Nereidas. No último canto, durante o banquete que Tétis oferece aos portugueses, uma ninfa canta profecias sobre os feitos de Portugal, posteriores à viagem de Vasco da Gama. Finalmente, em viagem feliz, os navegantes voltam à terra natal. Camões encerra o poema, lamentando o estado de decadência do país e conclamando novamente o rei, como já fizera na dedicatória, a uma grande empresa de salvação nacional.

Qual o jogo do texto? Quais as alegorias implícitas? **O que escrever quer calar?** Seria o poder orgiástico? Remeter-nos-ia a “Baco”, deus dos vinho e dos descomedimentos? Os “portugueses” não perderam a razão. Por quê? Seria a força da vontade popular, que conclama o rei a uma grande empresa de salvação nacional, como já fizera na dedicatória do poema? Por que o pensamento é suspenso sete vezes, não se finalizando o raciocínio argumentativo do “fazer” intencional, no primeiro tipo textual proposto?

[...] os irmãos do prefeito assassinado puderam, enfim, **ser**; [...] por quem ocupa o mais **alto**; [...] com a Casa Civil, e foi aí que se descobriu todo **o**; [...] por trás desse inacreditável patrulhamento não estão apenas **os**; [...] havia apoiado maciçamente **a**; [...] a notória relação **entre**; [...] seja o da necessidade reeleitoral que alguns ministros já **estão** [...]

Reiteramos... **o que escrever quer calar?** Estaria implícito no detalhe do texto? Preparemo-nos. No contexto político-cultural, a possibilidade da edição de um tipo de censura à imprensa. Chaves faz remetência ao leitor: o que aconteceu nos anos 70/80 pode acontecer novamente? Por via das dúvidas... **preparemo-nos.**

No unir das partes, emerge o sentido, o jogo do texto, o significado da energia construtora que emana do grande **TEXTO** e da interligação do “fazer” intencional das dimensões que se superpõem e se imbricam. O texto se contenta em dar indícios: ao leitor compete inferir o sentido global, ou seja, a construção nada inocente da matéria jornalística proposta.

Em síntese, o texto assim se estrutura: os episódios do mundo narrado referem-se ao Prefeito de Santo André: Celso Daniel; às propinas de Waldomiro Diniz; à reunião para discutir as novas diretrizes introduzidas nas leis de incentivo à cultura. São seguidos de quatro episódios do mundo comentado, sendo que o terceiro deles apresenta uma muito bem articulada e estratégica metáfora temporal (“poderia até ser”), referindo-se ao “autoritarismo” derivado da “ignorância”.

Costurando o tecido do texto, três receitas com palavras altamente semiotizáveis e, na urdidura do texto, quatro fragmentos de cantos pares de Os Lusíadas, que traduzem armadilhas de Baco contra a força e a coragem dos portugueses. Estas culminam na vitória dos lusos. Tudo implícito e bem amarrado numa grande metáfora. Vencem os portugueses (metaforicamente: quarto poder) pelo atrevimento heróico, pela determinação, pela confiança no homem. Triunfam sobre as históricas explosões de Baco, embora seu discurso tente persuadir os deuses marinhos a destruírem os lusos (metaforicamente: imprensa). Baco é vencido. A razão vence à desrazão.

III - Conclusão:

Temos então uma intencionalidade construída lingüisticamente, expressa não só pelas formas do dizer como também pelos conteúdos dos variados textos. Assim, apesar de a mídia impressa, especialmente vinculada ao poder jornalístico de grandes veículos, ser de acesso a uma classe privilegiada, é dirigida à coletividade. Compete-lhe transformar os acontecimentos que surgem e refletem o dinamismo da sociedade, compete-lhe abrir o diálogo com

a opinião pública, mas encerra uma relação de diálogo com o Estado. Se todo texto é um ponto de encontro; se a linguagem é sempre o ponto de encontro de muitas linguagens; se a leitura é múltipla, no sentido de que o texto escrito instaura uma rede de significados e os remete ao universo de quem lê, o leitor é um “caçador que percorre terras alheias”. Decretada está a morte do autor. Instaurada está a liberdade (não-absoluta) do leitor. **O que escrever quer calar?** Desvendar os segredos do texto é tarefa de cada leitor, depende apenas de suas práticas de leitura: inocentes e/ou lúcidas. **O que escrever quer calar?** Caçador, corra à caça dos sentidos. Só depende de você. Descubra a energia construtora de sentido, sob a pele da matéria jornalística crítica! Exerça sua inteligência crítica e, por consequência sua cidadania. Em verdade, em verdade, a linguagem permite à inteligência: comunicação, informação, memória cultural, transmissão, inovação, ruptura. É saber ler! Por via das dúvidas, preparemo-nos.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.): *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*, São Paulo, Escrituras Editora, 2002.
- CHAVES, Mauro: *Por via das dúvidas, preparemo-nos*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 agosto 2004. Caderno Editoria de Opinião, p. A2 Ed. Brasil.
- DERRIDA, Jacques: *A farmácia de Platão*, São Paulo, Iluminuras, 1991.
- ISER, Wolfgang: *O ato da leitura; uma teoria do efeito estético*, Trad. Johannes Kretschmer, São Paulo, Ed. 34, 1996 (2v).
- JOUBE, Vincent: *A leitura*, Trad. Brigitte Hervor, São Paulo, Ed. UNESP, 2002.
- KOCH, I. V: *A interação pela linguagem*, São Paulo, Contexto, 2001.
- MELO, José Marques de: *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*, Campos do Jordão, Mantiqueira, 2003.





CONFERÊNCIA DE ABERTURA

O Drummond Português
HELDER MACEDO 1937

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

Galiza, uma identidade, uma cultura
RAMÓN VILLARES 1955

COMUNICAÇÕES

A literatura infanto-juvenil galega no tardo-franquismo
CARLOS GONZÁLEZ FIGUEIRAS 1973

O sujeito da minoria: multiculturalismo e hibridação
no programa governamental brasileiro 'Fome Zero'
DINA MARIA MARTINS FERREIRA 1983

Teresa Margarida da Silva e Orta: *Lectiones in fabula*
MARIA DA CONCEIÇÃO C. M. GONÇALVES MATOS FLORES 1993

O discurso (lingüístico-)identitário e a Lusofonia em
"El Correo de Galicia" (1968-1975)
ROBERTO LÓPEZ-IGLÉSÍAS SAMARTIM 2001

"O que escrever quer calar"?
TEREZINHA DE JESUS BELLOTE CHAMAN 2011

